



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

EDUARDO LEITE LOPES

**A NOVA CULTURA CAPITALISTA E A FORMAÇÃO DO ETHOS CORPORATIVO:
ANÁLISE DO PERFIL DE EXECUTIVOS EM MACAÉ/RJ**

CAMPOS DOS GOYTACAZES, RJ
JUNHO, 2022

EDUARDO LEITE LOPES

**A NOVA CULTURA CAPITALISTA E A FORMAÇÃO DO ETHOS CORPORATIVO:
ANÁLISE DO PERFIL DE EXECUTIVOS EM MACAÉ/RJ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro como requisito parcial para obtenção do título de mestre.

Campo de Confluência: Sociologia do Trabalho.

ORIENTADOR

Prof. Dr. Fabrício Barbosa Maciel

CAMPOS DOS GOYTACAZES, RJ

JUNHO, 2022

FICHA CATALOGRÁFICA

UENF - Bibliotecas

Elaborada com os dados fornecidos pelo autor.

L864

Lopes, Eduardo Leite.

A NOVA CULTURA CAPITALISTA E A FORMAÇÃO DO ETHOS CORPORATIVO : ANÁLISE DO PERFIL DE EXECUTIVOS EM MACAÉ/RJ / Eduardo Leite Lopes. - Campos dos Goytacazes, RJ, 2022.

102 f.

Inclui bibliografia.

Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, 2022.

Orientador: Fabricio Barbosa Maciel.

1. Capitalismo. 2. Executivos. 3. Brasil. I. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. II. Título.

CDD - 320

EDUARDO LEITE LOPES

**A NOVA CULTURA CAPITALISTA E A FORMAÇÃO DO ETHOS CORPORATIVO:
ANÁLISE DO PERFIL DE EXECUTIVOS EM MACAÉ/RJ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro como requisito parcial para obtenção do título de mestre.

Campo de Confluência: Sociologia do Trabalho.

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. FABRICIO BARBOSA MACIEL – PPGSP/UENF (Orientador)

Prof. Dr. RICARDO ANDRÉ AVELAR DA NÓBREGA – PPGSP/UENF

Prof. Dr. RICARDO GERVASIO BASTOS VISSER – UFSJ

Prof. Dr. MARCOS ABRAÃO FERNANDES RIBEIRO - IFF

CAMPOS DOS GOYTACAZES, RJ

JUNHO, 2022

Dedico a presente Dissertação aos restritos indivíduos que padecem da máxima pobreza de espírito e que, mesmo possuindo poder de transmutar a sociedade para melhores condições de existência, permanecem optando apenas pelo benefício próprio.

AGRADECIMENTOS

“quero trazer à memória o que me pode dar esperança”

Ao longo da minha vida tive a oportunidade de concluir algumas jornadas, mas entre tantas *travessias* o mestrado se apresenta como o crepúsculo de um grande ciclo que se põe no horizonte. Tenho percebido os sinais de amadurecimento por meio dos pensamentos mais reflexivos, na escuta mais atenta do outro, no uso de palavras mais generosas e confortantes, na atenção ao cultivo e manutenção das amizades..., mas principalmente pela evolução do hábito da leitura que proporcionou todas essas mudanças. E com relação a esse último quesito serei grato até os últimos dias da minha vida ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da UENF pelos profundos ensinamentos adquiridos nos últimos dois anos.

Nesse sentido, afirmo também, de forma categórica, que o presente trajeto acadêmico não teria acontecido sem a fundamental participação do meu orientador a quem devo a partilha de conhecimentos de uma vida de estudos e pesquisas científicas, bem como a transmissão do necessário rigor acadêmico. A cátedra é um dos ofícios mais importantes da sociedade e só aqueles que possuem a generosidade como maior virtude no magistério compreendem o seu ofício, por isso agradeço as palavras de incentivo, a paciência e toda dedicação de quem ouse chamar de amigo. Muito obrigado por essa incrível jornada, Professor Fabrício Maciel.

Em que pese ter iniciado os agradecimentos pelos aspectos que mudaram a minha vida nos últimos anos, a ênfase maior cabe ao que permanece... ao que o tempo consolidou e se tornou raiz de uma existência. Como havia dito antes, o amadurecimento é um processo (longo) e nem todos estão dispostos a persistir ou se manterem ao nosso lado nas situações mais amargas dessa experiência. Então, com o final de mais esse ciclo, percebo que a minha vitória é humildemente a medalha de ouro de pessoas incríveis que não me deixaram desistir e que nos piores momentos, podendo escolher não estar, estiveram. À minha família ofereço a maior gratidão e amor que possuo: ao meu pai, Maurício; à minha mãe, Elisa; ao meu irmão, Victor e ao meu companheiro canino, Zico.

Agradeço também aqueles que desde de 01 de janeiro de 2017 tiveram a audácia de empreender comigo um grande objetivo profissional e que igualmente

possuem a dura rotina de manter um escritório de advocacia funcionando. Aos meus sócios, Vitor e Iamson, o meu agradecimento pelo apoio incondicional e entendimento quanto a essa outra missão de vida. Estendo ainda esse agradecimento a minha dupla de pupilos: Davi e Rafaella.

Agradeço aos meus queridos amigos pela constante presença insubstituível, pelas ricas trocas de experiência de vida e por todo afeto que me dedicam: Hélio, Adriano, Stephan, Rodrigo, Paulo, Ricardo, Nara, Renato, Fernanda, César, Marvel, Igor, Alexandre, Bruno, Felipe, Douglas, Mariana, Thiago, Virginia e Pedro.

Quero frisar o apoio fundamental da amiga e cientista social Carine Passos pelas trocas acadêmicas e apoio em todas as fases do mestrado, bem como do amigo e historiador Hugo Duarte pela revisão dos dados contidos no segundo capítulo.

Agradeço também a dedicação e comprometimento de três profissionais que cuidaram da minha saúde no período mais crítico da minha vida e que possibilitaram a conclusão desse mestrado: Daniele, Fábio e Caio.

Aos meus colegas da pós-graduação, muito obrigado por dividirem angústias, ansiedades, medos, mas também força, apoio, resiliência e ânimo: Thalita, Vitória, Sávio, Elaine, Anysia, Rafael, Camila, Luciana, Josélia, Rubiana, Ana Carolina, Mariana, Sintilla, William e Ana Beatriz.

Agradeço também aos entrevistados que se disponibilizaram a participar do presente estudo e que compreenderam a relevância da pesquisa científica para o avanço da sociedade. E nesse sentido, estendo os agradecimentos ao necessário apoio da Rede Petro BC que auxiliou no acesso a alguns dos executivos entrevistados.

“No meio da esperteza internacional
A cidade até que não está tão mal
E a situação sempre mais ou menos
Sempre uns com mais e outros com menos
A cidade não para, a cidade só cresce
O de cima sobe e o de baixo desce”.

RESUMO

Essa dissertação de mestrado se propôs a analisar e identificar o perfil dos executivos e diretores de empresas situadas no município de Macaé-RJ com objetivo de compreender o éthos desses profissionais responsáveis pela condução das corporações e que marcadamente sofrem influência da nova elite global do poder (os proprietários acionistas). Logo, a descoberta dos mecanismos sociais a que se aderem essa elite dos executivos permite entender quais fatores culturais, econômicos, políticos e sociais influenciam os executivos e diretores na condução das empresas multinacionais.

Logo, a relevância do estudo é contribuir para o entendimento dos efeitos da nova cultura do capitalismo e a sua influência na formação de hábitos, costumes e práticas em escala global, permitindo futuramente, inclusive, a comparação do perfil dos executivos e diretores das empresas multinacionais de Macaé com os demais perfis exercentes das mesmas atribuições em outras partes do mundo.

Palavras-chave: Capitalismo. Executivos. Brasil.

ABSTRACT

This master's thesis aimed to analyze and identify the profile of executives and directors of companies located in the city of Macaé-RJ in order to understand the ethos of these professionals responsible for running corporations and who are markedly influenced by the new global power elite (shareholder owners). Therefore, the discovery of the social mechanisms to which this elite of executives adhere allows us to understand which cultural, economic, political and social factors influence executives and directors in the conduct of multinational companies.

Therefore, the relevance of the study is to contribute to the understanding of the effects of the new culture of capitalism and its influence on the formation of habits, customs and practices on a global scale, allowing, in the future, even the comparison of the profile of executives and directors of multinational companies placed in Macaé-RJ with the other profiles exercising the same attributions in other parts of the world.

Keywords: Capitalism. Executives. Brazil.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1 – A NOVA CULTURA CAPITALISTA E SEUS EFEITOS SOCIAIS NA ATIVIDADE CORPORATIVA.....	16
CAPÍTULO 2 – O CAPITALISMO DEPENDENTE E A DESINDUSTRIALIZAÇÃO COMO PROJETO HISTÓRICO DE SUBORDINAÇÃO DO BRASIL	30
CAPÍTULO 3 – DO EMPREENDEDOR INDUSTRIAL AO EXECUTIVO CONTEMPORÂNEO.....	54
CAPÍTULO 4 – METODOLOGIA, ANÁLISE DAS ENTREVISTAS E COMENTÁRIOS SOBRE OS RESULTADOS	71
Critérios objetivos de inclusão do perfil na análise	74
Critérios objetivos de exclusão do perfil na análise	74
Aspectos éticos da pesquisa	74
ANÁLISE DAS ENTREVISTAS	74
<i>Indivíduo 01</i>	74
<i>Indivíduo 02</i>	76
<i>Indivíduo 03</i>	77
<i>Indivíduo 04</i>	79
<i>Indivíduo 05</i>	81
<i>Indivíduo 06</i>	83
<i>Indivíduo 07</i>	85
<i>Indivíduo 08</i>	87
<i>Indivíduo 09</i>	89
<i>Indivíduo 10</i>	91
COMENTÁRIOS SOBRE OS RESULTADOS	94
CONSIDERAÇÕES FINAIS	97
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	100

INTRODUÇÃO

A presente Dissertação tem como objetivo integrar um estudo maior sobre o perfil dos executivos e diretores de empresas multinacionais no estado do Rio de Janeiro¹. A premissa maior é a compreensão sobre o *éthos* daqueles que concentram o poder de controle das corporações e cujas ações empresariais impactam em inúmeras vidas, uma vez que a sociedade mundial do trabalho sofre uma dominação sem precedentes (MACIEL, 2014, p. 28).

A maior parte dos indivíduos não possuem o poder de influenciar a sociedade, uma vez que são limitados a atuar em acordo com o cenário político-econômico a que estão inseridos. Assim, os indivíduos em sociedade parecem impelidos por forças que não podem compreender e nem governar (MILLS, 1975). Entretanto, não são todos os indivíduos que se encontram somente passivos a essas forças de dominação.

Existem indivíduos que são capazes de gerar empregos, hábitos de consumo e manipular decisões políticas. Tais indivíduos não só atendem a demandas do mercado, ao contrário, podem também criar disposições para os demais indivíduos da sociedade. Esses sujeitos envergam decisões de grandes proporções com reflexo na vida de inúmeros indivíduos. Nesse sentido, os executivos e diretores, que auxiliam na agenda das corporações, implementam mecanismos de influência inclusive para além dos limites político-nacionais.

É empiricamente constatada a superação das fronteiras nacionais de dominação pelas grandes corporações. Fato este que não refletiu no fim das desigualdades sociais, mas implicou apenas na transposição do controle estatal. Assim se reproduz a nova hierarquia entre o centro e a periferia do capitalismo, mas agora em nível global. Vivemos hoje a emancipação dos interesses econômicos em relação aos laços nacionais, isso significa o divórcio entre os interesses das empresas multinacionais e os interesses político-estatais (BECK, 1997 apud MACIEL, 2014, p. 29).

Desta forma, o poder passa a se concentrar em novas forças de dominação da vida comum. As grandes corporações, controladas por executivos e diretores,

¹ Pesquisa realizada há seis anos no NUESDE, Núcleo de novos estudos sobre desigualdade social, na UFF-Campos, sob coordenação do prof. Fabrício Maciel.

agora possuem autonomia e capacidade para influenciar a sociedade mundial, ratificando uma grande mudança estrutural sem precedentes.

Assim, ao se identificar o perfil dos executivos e diretores de empresas multinacionais em Macaé-RJ, objeto do estudo, se contribui para a compreensão do éthos dessa elite, uma vez que a amostragem dos atributos destes indivíduos permitirá comparações em escala global e, por consequência, contribuirá também para o melhor entendimento das forças por trás dos ditames da nova ordem de influência global estabelecida pelas corporações. Nas palavras de Richard Sennett:

A corporação global dispõe de investidores e acionistas em todo o mundo e ostenta uma estrutura de propriedade excessivamente complexa (...) a gigante do petróleo Shell, por exemplo, libertou-se das amarras políticas holandesas quanto britânicas. A maneira mais radical de sustentar o caráter ímpar de nossa época seria afirmar que os países estão perdendo seu valor econômico. (SENNETT, 2011, p. 25-26).

A “cortina de fumaça” que se apresenta para a sociedade, a de países com autonomia político-econômica, não permite que se transpareça a verdadeira dominação perpetrada pelas empresas multinacionais, entendimento coadunado também ao de Boltanski e Chiapello (2020). O que determinou a necessidade da implementação desse estudo foi a pretensão em auxiliar numa compreensão mais ampla sobre a realidade posta que dissimula as relações entre a força que explora e a força que padece pela dominação vigente. Nos termos de Eric Fromm (1979, p. 95),

A liberdade do indivíduo é em grande parte ilusória. Esse não percebe a existência de uma força exterior que o obrigue a assinar certos contratos, mas se dá menos conta das leis do mercado que operam por sobre seus ombros. Considera-se livre, quando na realidade não o é.

Desse modo, o *caráter social* explicado por Fromm (1979), auxilia na compreensão da alienação do indivíduo na sociedade, que por sua vez sofre influência da massa social ao seu entorno e passa a mimetizar o comportamento exigido pela cultura capitalista. A esse ponto já se entende o papel relevante desempenhado pelas corporações na dominação da sociedade, uma vez que essas criam hábitos de consumo, tendências e necessidades.

Como aponta Fabrício Maciel (2014), o campo da sociologia da desigualdade deve avançar para uma nova agenda de pesquisa para os temas do trabalho e das

classes com perspectivas novas e não mais restritas apenas às dimensões institucionais, políticas e econômicas dos Estados nacionais, o que justifica e norteia o intento da presente pesquisa, uma vez que pretende realizar um estudo que integrará junto com outros um *cosmopolitismo metodológico*.

Por conseguinte, para se compreender o fenômeno da dominação social advinda dessa nova estrutura global de poder, se faz necessário entender as grandes corporações e os seus dispositivos de funcionamento também nos países periféricos, uma vez que essa estrutura, para se integrar, precisa absorver certos aspectos socioculturais dos países que explora, como o Brasil. Afinal, os executivos brasileiros não possuem as mesmas origens e características do executivo americano, por exemplo, como veremos no capítulo primeiro e terceiro dessa Dissertação.

Nesse sentido, estudar o perfil dos executivos e diretores das empresas multinacionais em Macaé-RJ se torna preponderante para o enfrentamento da questão relativa à dominação social que se manifesta por meio das ações empresariais coordenadas por essa elite e que, em última análise, se refletirá também em uma melhor compreensão do novo ordenamento social que se encontra em uniformização por todo o mundo.

Como se pôde entender até aqui, a elite dos executivos e diretores das grandes corporações são responsáveis por decisões com grandes consequências, uma vez que comandam as principais organizações empresariais e por conseguinte influenciam a existência de milhões de indivíduos. Chega-se então à questão objeto da pesquisa: quem são esses indivíduos integrantes dessa elite? Nas palavras de Fabrício Maciel:

(...) podemos considerar, no topo da hierarquia social atual, a existência de uma elite global, investidora de capitais e herdeira de fortunas acumuladas no capitalismo industrial, o que já é consenso para grandes autores como Ulrich Beck (2008), Richard Münch (2009) Manuel Castells (2010) e Sigmunt Bauman (1999). Logo abaixo, temos uma classe média tradicional robusta, uma "nobreza do mercado", poderíamos dizer, inspirados na análise de Bourdieu sobre a nobreza do Estado (BOURDIEU, 1989), que já administrava em grande parte o capitalismo corporativo industrial (BOLTANSKI & CHIAPELLO, 2005; SENNETT, 2006, 2007) e que agora se torna cosmopolita, cada vez mais independente do espaço físico e livre do controle do tempo tradicional do Fordismo, característica esta que ela passa a compartilhar com a elite global (BECK, 1997; BAUMAN, 1999) (MACIEL, 2017, p. 08).

A elite objeto da pesquisa adere à cultura corporativa ou apenas a promove? Esses princípios empresariais também são características intrínsecas à “casta” social que perpetua o domínio do novo capitalismo? Qual espécie de reconhecimento existe no mundo corporativo? Como compreender a situação e atuação de executivos brasileiros na reprodução de nossa dinâmica de classes? Assim se delimita o objeto da pesquisa, qual seja, o levantamento do perfil dos executivos e diretores das empresas multinacionais em Macaé-RJ.

Com vistas a tentar responder a estes questionamentos, no capítulo primeiro são utilizadas teorias contemporâneas que possuem o cerne de explicar o comportamento social em virtude da influência da nova cultura capitalista e os desdobramentos do seu novo espírito de dominação perpetrado por meio das corporações multinacionais, bem como se contextualiza aspectos de classe e trabalho dos executivos e diretores corporativos. Nesse capítulo utilizo obras da Teoria Crítica dos cientistas sociais da escola de Frankfurt como: Erich Fromm, Herbert Marcuse e Axel Honneth. Além de autores no campo da sociologia do trabalho e do capitalismo contemporâneo como: Wright Mills, Richard Sennett, Luc Boltanski, Éve Chiapello e Pierre Bourdieu.

Já no segundo capítulo o objetivo teórico foi investigar a formação política e econômica do Brasil a fim de evidenciar peculiaridades quanto ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil e se o resultado do exame permitiria acusar a influência externa na evolução da atividade empresarial brasileira. Para tal intento foram utilizadas obras do campo científico sociológico e econômico de autores brasileiros como: Florestan Fernandes, Luiz Carlos Bresser-Pereira, Celso Furtado, Jessé Souza, Caio Prado Jr e Octavio Ianni.

Após a análise da conjuntura global e nacional em que os executivos e diretores corporativos se encontram insertos, o terceiro capítulo da Dissertação se incumbem do desenvolvimento teórico restrito as características próprias dos executivos e diretores corporativos, inclusive apresentando especificidades quanto a sua evolução cronológica e apontando importante diferença entre os executivos do período moderno e contemporâneo no Brasil. Nesse capítulo foram utilizadas as obras dos autores: Fernando Henrique Cardoso, Osvaldo Javier López-Ruiz, Wright Mills, Fabrício Maciel, Richard Sennett e Erich Fromm.

No quarto e último capítulo da Dissertação é apresentada a metodologia empregada na implementação da pesquisa de campo, bem como o exame dos perfis dos executivos e diretores macaenses que foram entrevistados e o resultado das análises. Nesse capítulo foram utilizadas as obras dos cientistas Bernard Lahire, Gaston Bachelard, Max Weber, Gérard Fourez, Raymond Boudon e Pierre Bourdieu.

A pretensão final dessa pesquisa é a de auxiliar na compreensão da nova estrutura de poder mundial que se consolidou, possibilitando a identificação de características uníssonas no perfil da elite estudada e assim apoiar um entendimento mais amplo sobre a nova configuração dos laços de dominação e influência do capitalismo na sociedade contemporânea.

CAPÍTULO 1 – A NOVA CULTURA CAPITALISTA E SEUS EFEITOS SOCIAIS NA ATIVIDADE CORPORATIVA

“o trabalho do homem não satisfaz a alma”.

(MILLS , 1976, p. 234).

É lugar comum que o indivíduo na antiguidade buscava basicamente a satisfação das suas necessidades fisiológicas (comer, beber, reproduzir...). Entretanto, para o indivíduo moderno, considerado racional, o provimento das necessidades instintivas não é o suficiente, por isso Erich Fromm (1979, p. 41) afirma que “todas as paixões e esforços do homem são tentativas para encontrar uma resposta para a sua existência”. Assim, o indivíduo após transcender as necessidades primordiais se torna ciente das suas limitações e se ampara na sociedade para significar a própria existência.

Ao se integrar à sociedade o indivíduo se torna parte de uma coletividade por submissão e unificação com essa potência coletiva. Todavia, para se tornar um ser social, esse tem de renunciar e sacrificar as suas características intrínsecas obtendo a sua identidade por meio do pertencimento a um clã. Essa adesão social é a genese da tentativa de equilibrar a saúde mental dos indivíduos em sociedade, caso esse indivíduo não possua os mesmos atributos desse clã é tido como estranho ou até mesmo perigoso. “O resultado não é o ajustamento, mas a *mimese*: uma identificação imediata do indivíduo com sua sociedade e, através dela, com a sociedade como um todo.” (MARCUSE, 2015, p. 48).

Fromm explica que essa validação social é um enganoso fator de ratificação da saúde mental do indivíduo, uma vez que o compartilhamento de vícios não os transforma em virtudes (FROMM, 1979, p. 28). Dessa forma, o defeito compartilhado por indivíduos na sociedade passa a não ser mais fator de rejeição, pelo contrário, é estimulado. A fim de não ser excluído do grupo o indivíduo mimetiza um comportamento social que pode resultar na idolatria de um defeito coletivamente modelado, proporcionando inclusive um falso sentimento de êxito. Temos aqui o conceito da patologia da normalidade cunhado por Erich Fromm (1979).

Cabe ressaltar que Fromm (1979) definiu o conceito da patologia da normalidade como o mal que acomete a sociedade ao normalizar vícios coletivos como virtudes (reflexo à Sociologia como “desvio”), mas também teve o cuidado de

diferenciá-lo das enfermidades não modeladas socialmente e que podem também vir a acometer o indivíduo, como a “neurose”. Logo, se faz importante definir o conceito da sanidade mental, nas palavras de Fromm:

(...) se caracteriza pela capacidade de amar e criar, pela libertação dos vínculos incestuosos com o clã e o solo, por uma sensação de identidade baseada no sentimento de si mesmo como sujeito e o agente das capacidades próprias, pela captação da realidade interior e exterior, isto é, pelo desenvolvimento da objetividade e da razão (FROMM, 1979, p. 78).

Nesse sentido, o indivíduo que abdica de si e das próprias capacidades para ser reconhecido por uma coletividade estaria privado da plena saúde mental, mas esse não possui forças para resistir. O indivíduo possui mecanismos de cognição que o auxiliam no convívio em sociedade. Entretanto, são as situações de conflito que permitem a validação dos seus valores ou que tome consciência de que esses valores em disputa são projeções subjetivas invalidadas pela sociedade. Logo, a interação social representa um ponto de apoio para que o indivíduo tome consciência de si, bem como regule também o seu comportamento e o de terceiros.

A reflexão acima faz parte da fundamentação naturalista hegeliana para a teoria do reconhecimento, apontando pela necessidade da interação de um indivíduo com um segundo para que desenvolva a autoconsciência. Nesses termos, a formação primordial do juízo moral, por exemplo, advém dos ensinamentos adquiridos em tenra idade por meio da interação com os pais ou responsáveis. Nas palavras de Axel Honneth:

O processo de socialização em geral se efetua na forma de uma interiorização de normas de ação, provenientes da generalização das expectativas de comportamento de todos os membros da sociedade. Ao aprender a generalizar em si mesmo as expectativas normativas de um número cada vez maior de parceiros de interação, a ponto de chegar à representação das normas sociais de ação, o sujeito adquire capacidade abstrata de poder participar nas interações normativas reguladas de seu meio (HONNETH, 2017, p. 135).

Na medida em que o indivíduo tem consciência plena de si e validação do seu conjunto de crenças éticas e morais por outros membros da sociedade, passa a ser portador de direitos e deveres por meio da constituição desse reconhecimento recíproco, podendo, inclusive, contar legitimamente com a observância das suas

reinvidicações. Esse processo de mútuas validações se eleva gradualmente em sociedade, ao passo que a evolução moral se torna conteúdo positivado em leis.

Contudo, nem sempre haverá consonância entre os indivíduos quanto aos direitos e deveres recíprocos, sendo esses conflitos a ignição para mudanças dos paradigmas sociais ou a ratificação dos valores já consolidados. Ocorre que, dependendo do resultado do conflito social, a ampliação de garantias sociais reflete também na elevação do grau de autonomia pessoal, bem como, dependendo do direito que é socialmente reconhecido, confere grau de distinção ao indivíduo.

Esse tipo de reconhecimento é conceituado por Axel Honneth (2017) como “*estima social*” e se aplica às propriedades particulares do indivíduo, diferente dos direitos universais que são parâmetros médios da sociedade. Esse conjunto de propriedades individuais e coletivas reciprocamente reconhecidos fazem parte da autocompreensão da sociedade contemporânea e já se encontram sedimentados. Entretanto, a *estima social* pode ser organizada por estamentos e possuir simetria interna e assimetria externa. Ou seja, existem valores sociais compartilhados por determinada classe social que não são compartilhados com outras, formando uma “*reputação social*” ou “*status*”.

Nas sociedades estamentais, os grupos sociais procuram isolar as suas propriedades diferenciadoras a fim de monopolizar o prestígio social. Observa-se então que houve um desvirtuamento inicial dos parâmetros axiológicos de reconhecimento recíproco no qual a ética e a moral dão lugar agora ao *prestígio social* (HONNETH, 2017). Essa reputação refere-se ao grau de reconhecimento social atribuído aos indivíduos que contribuem com a implementação prática dos objetivos da sociedade. Nesses termos, o grupo social que melhor promover os seus parâmetros de conduta e autorrealizações, tornando-as socialmente valiosas, possuirão uma reputação social de maior prestígio. Pierre Bourdieu (1989), também insere esse conjunto de valores sociais elitizados no conceito de “Poder Simbólico”.

Ocorre que os indivíduos pertencentes aos estratos sociais mais elevados já nascem detentores dos privilégios decorrentes da estima social, uma vez que o prestígio alcançado pela sua casta social é ratificado pela tentativa de mimetização desse padrão de autorrealização por toda a sociedade. No entanto, o indivíduo que nasce nos estratos sociais mais baixos não reúne condições naturais para o alcance dessa *estima social*.

As relações de *estima social* estão diretamente ligadas aos padrões de consumo, de distribuição de renda e do direito à propriedade, gerando conflitos sociais: a luta por reconhecimento. Alex Honneth (2017) aduz ainda que o reconhecimento passa a ser o ato chave para que se ateste o atingimento ou não da realização pessoal do indivíduo segundo esses critérios sociais estabelecidos por determinada elite. Desta feita, Axel Honneth (2017) aponta que os conflitos sociais são provenientes da necessidade moral do indivíduo com relação a obtenção do reconhecimento social e provimento das suas expectativas quanto à sua personalidade.

Dessa forma, a busca pela acumulação de capital nos estratos sociais mais baixos, primeiro para a própria sobrevivência e segundo para o alcance do *prestígio social*, leva o indivíduo ao mercado de trabalho e assim o capitalismo acaba por incorporar o reconhecimento como ferramenta de engajamento social. Contudo, o capitalismo não oferta, de forma ilusória, apenas segurança e razões morais para o exercício do trabalho, oferta também perspectivas sedutoras e estimulantes de ascensão social.

O prestígio envolve pelo menos duas pessoas: uma para pretendê-lo e outro para atribuí-lo. As bases sobre as quais os indivíduos levantam reivindicações de prestígio, e as razões pelas quais os outros conferem prestígio, incluem a propriedade e o nascimento, a ocupação e a instrução, a renda e o poder, de fato quase todos os motivos de inveja que servem para distinguir uma pessoa de outra. No sistema de *status* de uma sociedade, essas pretensões são organizadas na forma de regras e expectativas que determinam a quem o prestígio é atribuído, por quem, de que maneira e por quais razões. O nível de estima que um indivíduo tem por si mesmo é mais ou menos determinado por esse sistema de *status* (MILLS, 1976, p. 257).

Em que pese os indivíduos em sociedade compreenderem a relevância do nível de renda e demais propriedades requeridas para conferência do *prestígio social* esse *status* somente é conferido se o sujeito conseguir externalizar seus predicados conexos à classe social a que pertence. Esse é o dispositivo que possibilita determinar o grau de deferência social que o indivíduo deve receber da sociedade. Dessa forma, o sistema de prestígio social é um complexo esquema de frustrações e satisfações recíprocas de forma que a autoestima dos sujeitos é sempre submetida a flutuações entre tensões e ansiedades.

É certo que a interferência do reconhecimento mútuo e conseqüente prestígio social, conferido pelo atingimento de características conexas a determinada classe social, perpassa por toda gama de indivíduos em sociedade. Entretanto, o presente estudo pretende atingir apenas as propriedades atinentes ao espectro dos trabalhadores designados por Wright Mills (1976) por “*colarinhos brancos*”. Nesses termos, as propriedades requeridas para a conferência da posição de prestígio a ser alcançada pelos empregados de *colarinho branco* é o argumento de maior validade para assim conseguirmos designá-los como parte de determinado estrato social contemporâneo: *a nova classe média*.

Assim, como a luta pelo reconhecimento é a gramática moral dos conflitos sociais (HONNETH, 2017), a luta pelo prestígio social, que a integra, nada mais é do que o esforço pelo qual o indivíduo se propõe a fim de tentar transpor a sua condição socioeconômica para atingimento do sucesso pessoal. A forma da aquisição dessas propriedades atinentes a classe dos executivos é a venda das propriedades pessoais no trabalho, como será visto no capítulo terceiro desse estudo, para alcançar os relatados requisitos.

O *status* social dos *colarinhos brancos* se apresenta pelo aspecto externo que necessitam desenvolver a fim de integrar a classe média que fazem parte, como o próprio nome já os designam (MILLS, 1976, p. 259). A vestimenta dos *colarinhos brancos* é diferente do usual uniforme dos trabalhadores de “*chão de fábrica*”, mas devem ser sóbrias e discretas. O principal fator que se expressa por intermédio da roupa diferenciada que usam é o poder aquisitivo maior que os demais colegas trabalhadores. Logo, a luta dos executivos pelo prestígio também se manifesta pelo consumismo que é fortemente indicado pela roupa que usam e demais bens que consomem.

Em que pese os executivos fazerem parte da mesma classe média não são uma massa homogênea. Os executivos que estão mais próximos dos operários almejam posições melhores até o limite de estarem em contato direto com os acionistas proprietários. Dessa forma, o contato pessoal com os executivos que estão em posições mais altas na hierarquia corporativa serve como referência dos hábitos que devem ser mimetizados para o alcance do sucesso.

Nesse sentido, o fator que distingue o executivo dos operários é o mesmo que os limita e discrimina perante as altas rodas da elite do poder (MILLS, 1975), uma

vez que o consumo dos executivos também é limitado pelo seu orçamento. O prestígio é um conferimento recíproco e fundamenta-se também nas relações de reconhecimento entre as classes, por isso os executivos anseiam pelo prestígio das categorias superiores e tentam reproduzir certos comportamentos das elites que estão nos estratos sociais acima a fim de adquirirem o reconhecimento desses.

Em virtude do orçamento limitado da classe dos executivos, bem como a limitação das oportunidades que conferem prestígio, os *colarinhos brancos* adquirem simbiose com a imagem da empresa com intuito de reivindicar prestígio social por estarem inseridos dentro da cultura de determinada corporação. Wright Mills (1976, p. 126-127) define tal apropriação como o fetichismo da empresa, posto que ao se associar a imagem da empresa o executivo pode se apoderar também da esperança de uma carreira promissora e aumentar o respeito por si. Entretanto, essa expectativa tem relação maior com o prestígio do que com as reais chances de êxito profissional.

Outra espécie de predicado que confere prestígio, além do poder econômico, é o *conhecimento técnico*. Essa propriedade é característica fundamental da classe média executiva sendo a sua principal força perante as demais classes sociais. Em média, para adquirirem certas qualificações, os *colarinhos brancos* se preparam por vinte anos (MILLS, 1976, p. 264), sem contar os elevados gastos requeridos com uma educação formal de excelência. Todavia, de forma paradoxal, quando se eleva demais a instrução geral dos executivos as corporações tendem a diminuir o nível de educação formal exigida para o preenchimento das vagas destinadas aos *colarinhos brancos*. O que levou a essa tomada de posição pelas corporações foi o diagnóstico de que os executivos detentores de grau de instrução muito elevado se entediavam e frustravam com o trabalho rotineiro.

Não obstante o aumento dessa massa de executivos e a escassez das vagas disponíveis no mercado, as mídias de comunicação em massa se mantiveram a auxiliar o capitalismo na difusão do prestígio e *status* social dos *colarinhos brancos* (MILLS, 1976). Ocorre que o modo de vida dos executivos é constantemente apresentado pelas mídias como uma forma digna e admirável de se viver, sendo a ferramenta de comunicação em massa largamente utilizada para propagar esse *status* como forma de atingimento do reconhecimento e sucesso. Portanto, existe uma perversão do prestígio, por induzimento dos veículos de comunicação em

massa, para que as classes sociais menos favorecidas almejem a obtenção do reconhecimento pela via do trabalho executivo, porque é “enobrecedor”.

Os meios de comunicação auxiliam na confusão e fragmentação dos valores sociais críticos. Os indivíduos não conseguem mais distinguir o que é propaganda do que de fato é real. Nesses termos, para que o trabalhador não se aliene diante das suas aspirações ao prestígio de forma a gerar frustrações quanto ao não atingimento das suas expectativas, são criadas progressões profissionais de difícil cumprimento, como qualificações e experiências práticas incompatíveis com a jornada de trabalho requerida do trabalhador pelas corporações. Conforme positiva Mills (1976, p. 272),

Subir de prestígio numa hierarquia é uma espécie de sucesso ilusório, pois não leva necessariamente a um aumento da renda ou à oportunidade de adquirir qualificações superiores. Antes de tudo a hierarquia acarreta, simplesmente por seu aspecto autoritário, uma espécie de delírio de prestígio.

No importante trabalho acerca do novo espírito do capitalismo Boltanski e Chiapello (2020) apontam que na França dos anos 1960 são abordados dois problemas prioritariamente nas literaturas de gestão empresarial: a grande insatisfação dos executivos e as dificuldades de gestão associadas ao gigantismo das empresas. A solução encontrada, em resposta aos problemas supracitados, foi a de acrescer níveis hierárquicos à empresa. Entretanto, os autores aduziram que a ampliação dos graus hierárquicos nas corporações se deu como manobra para aplacar a frustração dos executivos, uma vez que não foi delegado qualquer poder aos recém promovidos. Ou seja, o novo capitalismo absorveu a crítica quanto a frustração dos executivos e respondeu satisfazendo os anseios de prestígio dos *colarinhos brancos* ao promovê-los a um novo posto na hierarquia da empresa, mas não ampliou os seus poderes ou os delegou novas funções. Assim as corporações puderam tirar maiores proveitos dos executivos que agora estavam motivados.

Vale destacar ainda que o estudo de Boltanski e Chiapello (2020), com relação ao problema da super qualificação dos executivos e as dificuldades de gestão associadas ao gigantismo das empresas na França dos anos 1960, se coaduna ao estudo de Wright Mills (1976) em razão da identificação desses mesmos fenômenos sociais, mas com ocorrência nos EUA dos anos de 1950. Boltanski e Chiapello (2020) apontam também que a solução aplicada ao modelo francês dos

anos de 1960 não superou a crise da frustração dos executivos e os problemas de gestão das empresas retornou nos anos de 1990. Isso se deu em razão da ampliação das hierarquias não ter resolvido a questão da absorção de toda a massa de executivos super qualificada e a situação se agravou com a ascensão de um terceiro polo capitalista na Ásia (que havia diminuído o custo das operações em virtude da mão de obra mais qualificada e de menor custo, bem como a implementação de novas tecnologias de produção).

Richard Sennett (2011) afirma que essas críticas ao cenário capitalista corporativo se deram de forma global e desencadearam três reformas estruturais significativas no âmago das corporações. A primeira foi a transferência do poder gerencial das empresas para o controle acionário (o controle das corporações se transfere dos burocratas hereditários para os acionistas). A segunda mudança foi a adaptação das corporações às novas demandas urgentes dos mercados ao se reinventarem de forma contínua a fim de não serem predadas pela concorrência. A terceira mudança estrutural foi o desenvolvimento de novas tecnologias que possibilitaram, por exemplo, a comunicação instantânea em escala global para dar conta dos desejos intensos do capital.

Logo, as empresas tiveram de se adaptar à nova realidade experimentada e se tornaram mais “enxutas” com relação aos custos, o que refletiu na extinção da maioria dos escalões hierárquicos e implicou no desemprego de camadas hierárquicas inteiras (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2020, p. 102). As corporações ajustaram as suas atividades ao encerrar as funções e tarefas que não fossem conexas a atividade fim, passando a terceirizar atividades meio. Em algumas situações os próprios ex-empregados supriam as necessidades corporativas ao montarem empresas prestadoras de serviço. Dessa forma, as corporações implementaram alianças estratégicas ao ponto de obterem um núcleo enxuto de trabalhadores cercados por prestadores de serviço terceirizados e outros trabalhadores temporários. Boltanski e Chiapello (2020) conceituaram tal mudança corporativa de gestão por *rede de empresas*.

A gestão por *rede de empresas* implementou um novo cenário capitalista no qual as prestadoras de serviços poderiam ser contratadas por prazo determinado ou indeterminado dependendo da necessidade das corporações (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2020, p. 243). Para a *atividade meio* (que não está intrinsecamente

ligada à finalidade da empresa), como limpeza ou segurança das dependências corporativas, a prestação de serviços terceirizados geralmente se dá por tempo indeterminado. Entretanto, para a *atividade fim* (ligada propriamente a execução dos serviços da corporação), a prestação de serviços terceirizados geralmente se dá por tempo determinado, uma vez que é conexa ao fim da prestação de serviços da própria corporação perante a terceiros. Além do prazo de duração da prestação de serviços das terceirizadas, outro aspecto importante da *rede de empresas* é a subcontratação por nível de complexidade do serviço. Ou seja, dependendo do grau de sofisticação do produto final a ser entregue podem ser subcontratadas outras empresas pelas já contratadas. É a denominada *quarteirização* da prestação de serviços.

Outra mudança no mundo corporativo que vale destaque é a ascensão do trabalho temporário que vem aumentando de forma expressiva em detrimento das contratações de trabalhadores para empregos fixos que, por sua vez, diminuíram consideravelmente. As corporações definiram como prática usual a contratação mínima de indivíduos para o quadro de funcionários fixos, fomentando a utilização do “trabalho externo” sempre que necessário (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2020). As grandes corporações, com objetivo de diminuir os seus custos operacionais, se deslocam geograficamente a fim de contratarem empresas prestadoras de serviço a menor preço possível. Quanto maior a flexibilidade da corporação, com relação ao deslocamento geográfico, maior é a oferta de empresas prestadoras de serviço a menor custo (efeito proveniente da contratação de mão de obra precária em localidades nas quais a legislação trabalhista é menos rígida). O aumento na contratação de empresas terceirizadas foi tão exponencial que Boltanski e Chiapello (2020, p. 248) salientaram que a empresa de trabalho temporário Adecco tornou-se, em 1997, a maior empregadora privada da França.

Essas mudanças implementadas propiciaram um cenário incomum nas dependências das corporações. Se tornou factível a coexistência de indivíduos de diferentes empresas trabalhando sob regulamentos e estatutos dos mais diversos em virtude da distinta relação de subordinação patronal (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2020, p. 256). Essa diversidade de empresas em um mesmo empreendimento também reflete a degradação da legislação trabalhista, uma vez que a sua flexibilização influenciou, inclusive, na divergência salarial entre trabalhadores que

executam a mesma atividade. A relatada situação de desigualdade material entre os trabalhadores se tornou plenamente justificada em virtude de laborarem por empresas distintas.

O novo direito do trabalho instituiu vários mercados de trabalho: o dos executivos dirigentes que acumulam as vantagens do trabalho assalariado e as da função patronal; o dos assalariados comuns (prazo indeterminado, jornada integral), beneficiados pelo princípio da integralidade do estatuto salarial; o dos empregados precários (prazo determinado, regime temporário), que de direito ou de fato são privados dos direitos ligados à presença duradoura na empresa (formação, representação etc.); e o dos empregados subvencionados (mercado de inserção). Ademais, essa compartimentação se autoalimenta, visto que as empresas hesitam em fazer os assalariados passar de uma categoria para outra, e os assalariados se mostram cautelosos para mudar de emprego e se expor ao risco de perder as vantagens do contrato por prazo indeterminado ou da grande empresa. (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2020, p. 256).

Logo, a terceirização estimula também a precarização do trabalho por gerar uma reserva de mão de obra trabalhadora fadada à má remuneração. A terceirização fomenta mudanças constantes de função, emprego e empregador, bem como auxilia no processo de discriminação social ao perpetuar as condições de pobreza. Além da concorrência interna, esses trabalhadores ainda estão sofrendo com a transferência desses empregos não qualificados para países com salários diminutos (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2020).

O movimento das corporações para países em desenvolvimento é prática comum, como será visto no capítulo segundo do presente estudo, tendo em vista que, além da capacidade explorável do mercado interno desses países, a habilidade de articulação entre os trabalhadores a fim de defenderem os seus direitos é quase nula. Nesse sentido, Boltanski e Chiapello (2020, p. 263) apresentaram dados que relacionam o crescimento do comércio internacional com a extinção de empregos não qualificados, bem como verificaram que a maior parte dos empregos formais é concentrada nos trabalhadores dos países desenvolvidos.

Esse movimento intenso da nova cultura capitalista também acelerou a degradação das conexões entre os trabalhadores que, subjugados pelas experiências temporárias de trabalho e conseqüente impossibilidade de conexões sociais mais profundas, encerraram a confiança mútua gradualmente construída pelas relações estáveis de trabalho (SENNETT, 2009). Nesses termos, os

trabalhadores se tornaram mais tolerantes ao fracasso pessoal por temor ao desemprego.

Além, a distinção entre os postos de trabalho nas corporações produziu salários cada vez mais discrepantes entre os próprios trabalhadores e a consequência desse novo método de gestão empresarial foi a reflexa estagnação das camadas médias frente ao desenvolvimento econômico das elites proprietárias. Logo, a mobilidade entre os estratos sociais quase não existe em virtude da ampliação da concentração de riqueza correlata a extrema desigualdade material (SENNETT, 2011).

Outro reflexo da nova cultura capitalista no trabalho foi a extinção da identificação do trabalhador com o próprio trabalho e também com a sua própria classe, não há mais carreira e nem articulação entre os seus pares. Essa engenharia comportamental é perversa, mas eficaz. Poucos trabalhadores ascendem profissionalmente, entretanto, servem de exemplo para os demais. Essa condição *fake* é ambígua, na medida em que possibilita alguma realização pessoal na história de vida de uma minoria de trabalhadores que “vencem” no mundo corporativo e que são recompensadas por altos salários e *status* social. Uma vez que alguns vencem, a promessa de vitória é estendida a todos (MACIEL, 2017, p. 289).

O capitalismo é altamente adaptativo e implementa melhorias por meio da crítica que sofre, como visto na hierarquização de postos de trabalho na França dos anos 1960 para conter as frustrações dos executivos que não recebiam promoções. É justamente essa adaptabilidade à crítica sofrida que garante ao capitalismo a sua perpetuação e supremacia. O trabalhador, por exemplo, obteve o direito de se manifestar na gestão do seu ambiente de trabalho, principalmente em questões conexas ao aumento da produtividade e melhoria da eficiência corporativa. No entanto, ao implementar tais melhorias no ambiente de trabalho, a corporação apenas conferiu aos trabalhadores a ilusão de possuir algum controle sobre o próprio trabalho e recebeu em troca o aumento de produtividade dos empregados, agora mais satisfeitos (SENNETT, 2011). Nesses termos, se torna perceptível que o fundamento de toda a engenharia político-corporativa é a aderência dos trabalhadores, de modo voluntário, à gestão de eficiência máxima.

Os artifícios de dominação capitalista são sutis, desarticulam os trabalhadores e criam novas exigências em nome de um falso reconhecimento. As corporações almejam empregados mais versáteis que se adaptem às novas exigências do “trabalho em equipe”, que dominem novas tecnologias e possuam predisposição para mobilidade geográfica. Nas palavras de Richard Sennett (2011, p. 73),

O prestígio moral do trabalho de ponta é um talismã do sucesso difícil de praticar como projeto de vida para as pessoas que estão abaixo do nível da elite. Assim o sendo, se torna claro que qualquer benefício concedido ao trabalhador é mera ilusão meritocrática. A liberdade do indivíduo é ilusória, uma vez que o trabalhador é incapaz de perceber a força exterior que lhe governa as forças.

Quando o trabalhador consegue compreender a real situação em que se encontra inserido e se mobiliza, o capitalismo como sistema se adapta, compreende a fragilidade encontrada, refreia seu ímpeto, concede direitos e desarma temporariamente a crítica que lhe foi feita. Dessa forma, o capitalismo se desenvolverá sempre para promover um “novo espírito”, restabelecendo a participação dos trabalhadores e os dispositivos de acumulação para a elite proprietária (SENNETT, 2011).

Conforme aponta Fabrício Maciel (2017, p. 289), a relatada cultura do novo capitalismo se tornou horizonte moral das sociedades contemporâneas. Não há nada de autêntico e verdadeiro nessas relações laborais a não ser a exploração. É oferecido ao trabalhador um falso reconhecimento, uma farsa meritocrática, na qual apenas alguns indivíduos alcançam a realização pessoal em uma distorção do ideal da autenticidade. Para atestar que a meritocracia é ilusória basta examinar a fórmula para o sucesso propagada pela cultura do novo capitalismo. Essa propõe que o trabalhador seja dinâmico, que aprenda novas funções de forma ágil e seja colaborativo com os colegas, preenchendo esses requisitos o trabalhador deveria obter promoções até alcançar a realização pessoal. Não é o que acontece.

E por que tão poucos trabalhadores alcançam o reconhecimento corporativo? Porque o propósito real da meritocracia é fomentar a corrida pelo prestígio e manter a satisfação do trabalhador. Ocorre que essa corrida pelo prestígio e a concorrência cada vez maior entre os trabalhadores gera a deterioração das relações de trabalho e cria uma sensação de não pertencimento do indivíduo, um *sentimento de deriva* (SENNETT, 2009, p. 146). Refrisando, o produto final de se manter o trabalhador em

situação permanente de instabilidade, pressão por desempenho e alienação completa é a amoralidade definida por Sennett (2009) como: *a corrosão do caráter*.

Já não há mais laços de respeito mútuo e capacidade de mobilização entre os trabalhadores, tendo em vista que também foi suprimido do trabalhador o reconhecimento pelos seus feitos individuais (MACIEL, 2017, p. 289) e assim a meritocracia se prova mais uma vez ilusória, pois só os feitos coletivos “*fakes*” passam a ser dignos de reconhecimento. A pressão por aderência à cultura das corporações faz com que os trabalhadores não exaltem os próprios méritos. As conquistas são alcançadas sempre por meio de uma falsa capacidade de cooperação da equipe e o empregado que antes possuía uma carreira sólida, coerente, fundamentada em ética e relações profundas, passa a ter que reproduzir a farsa do trabalho em equipe. Finge uma lealdade superficial suportada em relações frágeis e instáveis. A crença nessa meritocracia ilusória pode ser sustentáculo cultural e moral para a desigualdade social em escala global, uma vez que a individualidade inautêntica do trabalhador corrobora para a distorção do ideal moderno da autenticidade (MACIEL, 2017, p. 290).

Nesses termos, aqui se ratifica de forma contundente a hipótese da perversão do *caráter social* (FROMM, 1979) em que se fundamenta o início do presente excerto, na qual se desenvolveu a tese de que a conduta do indivíduo na sociedade deixou de ser um ato espontâneo, passando a ser um esforço socialmente modelado pelas exigências da cultura dominante. Cabe ainda destacar uma característica ímpar da perversidade do *caráter social* que repousa na transmissão hereditária dessa patologia, tornando essa adesão social um permanente ciclo.

Logo, o *caráter social* (FROMM, 1979) passou a ter uma função anti-inflamatória da sociedade, privando o indivíduo de encarnar uma oposição crítica. O arrefecimento das potências individuais não se trata de mero acaso, mas um projeto bem sucedido contra toda a sociedade. Existe uma coordenação técnico-econômica que opera o reconhecimento mútuo de forma a atender aos interesses escusos do capital (MARCUSE, 2015, p. 42). O indivíduo não ocupa mais o centro do sistema, a ribalta transmutou-se agora para recepcionar os interesses do mercado. Os indivíduos pensam agir em proveito próprio, mas são controlados pelas leis anônimas do mercado e da máquina econômica. Não conseguem perceber a existência de uma força exterior que os compelem a se portarem de forma

socialmente aceitável. Pensam que são livres, mas não estão no controle das plenas faculdades mentais. O resultado dessa modelação de vontade é a *euforia na infelicidade* (MARCUSE, 2015).

O que impede a libertação do indivíduo é a dominação da sua potência pelos controles sociais da irresistível alienação. Se desenvolve uma falsa necessidade de alta renda para justificar um emprego com uma jornada de trabalho extenuante e cujo propósito final é a manutenção de uma existência artificial. Foi fabricada uma aura ilusória de liberdade ao atingimento de certo padrão de consumo e assim o indivíduo se mantém aprisionado pelo endividamento e permanece alheio a sua própria condição. Tanto o conceito do *homem unidimensional* de Marcuse (2015) quanto a teoria do *caráter social* de Fromm (1979) se assemelham pela constatação da alienação da existência contemporânea. Ambas as teorias refletem as mesmas conclusões: o indivíduo e a sociedade encontram-se mentalmente enfermos e dominados por forças externas a sua vontade.

A despeito dos motivos individuais de proprietários e gerentes, funcionários e operários, a empresa em si passa a ter uma existência autônoma, com motivação própria: manipular o mundo para conseguir lucros (MILLS, 1976, p. 127).

Nesses termos, é válido afirmar que as corporações vão sempre orientar as suas ações a fim de majorar as suas receitas, seja pela exploração do trabalho dos empregados ou pela promoção da cultura capitalista a fim de engajar os indivíduos no consumo de supérfluos. A fundamentação objetiva para que o trabalhador não ascenda socialmente é a manutenção do *status quo* dos estamentos sociais. Logo, o receio da perda da unidade com o *clã*, o temor do não *reconhecimento* da própria identidade por intermédio da validação de terceiros e a perda do *prestígio social* formam o *caráter social* que, por sua vez, é ferramenta de perversão dos atributos éticos e morais coletivos operados pela cultura capitalista com um propósito bem definido: a manutenção de privilégios.

Por todo o exposto se compreende bem a necessidade das pesquisas que objetivam a compreensão do capitalismo contemporâneo e respectivos desdobramentos na sociedade. Em que pese o avanço das pesquisas científicas acerca da cultura do capitalismo nos países desenvolvidos, há de se apontar pela necessária produção científica nacional a fim de compreendermos os efeitos das

corporações multinacionais e correlata propagação da cultura capitalista também nos países em desenvolvimento. Existem peculiaridades no caso brasileiro? O nacionalismo metodológico com relação ao capitalismo globalizado está superado? Em virtude de tais questionamentos, o próximo capítulo foi proposto com intento de contextualizar o panorama político-econômico brasileiro em que os executivos se encontram inseridos, bem como compreender o desenvolvimento do capitalismo no Brasil e quais efeitos reflexos foram importantes para a constituição do *éthos* empresarial nacional.

CAPÍTULO 2 – O CAPITALISMO DEPENDENTE E A DESINDUSTRIALIZAÇÃO COMO PROJETO HISTÓRICO DE SUBORDINAÇÃO DO BRASIL

“até que ponto será necessário vencer o atraso do empreendedor brasileiro quando comparado com o padrão universal de homem de empresa para que o capitalismo siga seu curso normal no Brasil?” (CARDOSO, 2020, p. 62).

A sociedade brasileira possui características singulares que apontam por uma identidade cultural própria. Entretanto, esses atributos não foram capazes de torná-la independente da influência das sociedades capitalistas de industrialização pregressa. A explicação para o capitalismo dependente do Brasil é lastreada em múltiplos fatores históricos, mas cabe destacar que uma identidade cultural própria não significa também uma identidade político-econômica forte.

A identidade cultural brasileira é claramente percebida por meio das artes, da opressão racial, das práticas religiosas, da história e principalmente pela forma única com que se expressa ao restante do mundo. Estados-Nações com maior desenvolvimento econômico do que o Brasil podem até apresentar uma identidade cultural com menor expressão, mas apresentam uma robusta identidade político-econômica nacional. Nesses termos, o Brasil é um Estado-Nação com forte identidade cultural, porém com uma identidade político-econômica nacional fraca como veremos.

Os conhecidos vínculos de subordinação ao exterior e a satelização dos dinamismos econômicos, socioculturais e políticos do Brasil são frutos da histórica

dominação perpetrada pelos países desenvolvidos. Nesse sentido, a dependência econômica nacional é consequência direta de um projeto político complexo com o propósito de perpetuar a obtenção de recursos do mercado interno brasileiro com a menor resistência possível (FERNANDES, 2021). Faz-se mister apontar que essa crise estrutural político-econômica é conexas a apropriação externa e contínua de parte significativa do excedente produtivo do Brasil, mas não se reflete na perda de privilégios nas classes sociais dominantes da sociedade nacional. Com referência a elite brasileira, basta esclarecer que o mercado interno possui uma alargada base estrutural que suporta também a manutenção das depravadas benesses de classe.

Todavia, os países que foram retardatários na implementação de suas revoluções industriais não possuíram apenas o fardo do desenvolvimento tardio e conexas implicações econômicas, tiveram de lidar igualmente com as já referidas ações imperialistas (FERNANDES, 2021). O sistema de arrebatamento imperialista é sofisticado e a sua difusão ideológica se arvora por meio da pressão que políticos e economistas dos países ricos realizam sobre os países em desenvolvimento no sentido de que adotem reformas políticas liberais que estes jamais praticaram. Tal ideologia é bem sucedida por ser implementada via cooptação, uma vez que convencem os países em desenvolvimento da necessidade de obterem capital estrangeiro (poupança externa) para alcançarem o progresso e, com isso, contraírem obrigações com juros expressivos e reflexos déficits orçamentários (BRESSER-PEREIRA, 2021).

Vale destacar que o excessivo acúmulo de capital, bem como o grande interesse das corporações multinacionais no mercado interno dos países em desenvolvimento são comburentes para a implementação do imperialismo contemporâneo. A hegemonia dos países desenvolvidos implica a submissão total dos países em desenvolvimento que, uma vez arrolados em dívidas exorbitantes, são compelidos por meio de sanções econômicas a pagar os altos juros pactuados (BRESSER-PEREIRA, 2021). Com a poupança interna deficitária e escassos recursos disponíveis para sua industrialização, os países periféricos se mantêm como exportadores de matéria prima e importadores de manufaturados e, por meio do controle político-econômico exógeno, se mantêm exploráveis e facilmente acessíveis por meio de uma política cambial favorável aos países desenvolvidos.

Nesses termos, a teoria da dependência associada conceitua que os países periféricos, como o Brasil, não possuem uma burguesia nacional e por isso devem se associar ao sistema capitalista dominante e aproveitar toda e qualquer oportunidade econômica que potencialmente surgir. Ou seja, devem tentar obter acesso às poupanças estrangeiras por meio da abertura do seu mercado interno com o objetivo de financiar o próprio desenvolvimento.

Ocorre que o presente trabalho se filia, respeitosamente, a outra corrente teórica: a nacional-dependente (BRESSER-PEREIRA, 2021). Essa corrente teórica compreende que as corporações multinacionais possuem o único objetivo de explorar os países satélites com a captura dos seus mercados internos (utilizando como ferramenta de entrada a pressão política externa), mas em contraparte não fomentam desenvolvimento econômico algum, bem como não abdicam de parte alguma dos recursos obtidos em prol da sociedade predada. O argumento é reforçado, como veremos adiante, pelo acentuado crescimento econômico brasileiro observado entre os anos 1930 e 1960 que foi patrocinado em maior parte pela poupança interna e não contou com forte investimento estrangeiro.

O presente intento, alternativamente ao entendimento da teoria da dependência associada, compreende que os países periféricos só obterão crescimento real quando as suas contas-correntes forem superavitárias e houver investimento em tecnologia, ciência e industrialização. A política estatal que visa fomentar a entrada de multinacionais em seu território apenas entrega o mercado interno a exploração estrangeira sem maior contrapartida (FURTADO, 2021). Vale ressaltar que as corporações usam desse expediente do investimento estrangeiro com o objetivo também da burla alfandegária, o que implica em majoração do prejuízo experimentado pelos países em desenvolvimento.

Ora, a partir do momento em que o motor do crescimento deixa de ser a formação do mercado interno para ser a integração com a economia internacional, os efeitos de sinergia gerados pela interdependência das distintas regiões do país desaparecem, enfraquecendo consideravelmente os vínculos de solidariedade entre elas (FURTADO, 2000, p. 09).

Com relação aos termos críticos da inexistência de uma burguesia industrial no Brasil (ao apenas se ratificar a existência de uma burguesia nacional caso esta possua consciência acerca da revolução que patrocina e identificação com o país), cabe dizer que os burgueses industriais estrangeiros não deixaram de assim serem

conceituados em razão de não possuírem uma consciência nacional e somente possuírem interesse econômico no resultado da revolução que participavam. É certo que a burguesia industrial brasileira é contraditória e por vezes agiu contra o próprio interesse, a título de exemplo ao se aliar a oligarquia rural, aos altos comerciantes exportadores e aos militares no golpe de 1964, mas a sua existência, como veremos, é inegável (BRESSER-PEREIRA, 2021).

A origem do atraso econômico do Brasil remonta a exploração mercantil do sistema de colonização proposto por Portugal, que era voltado somente para a produção de bens agrícolas de relevância internacional (açúcar, pimenta, tabaco...), e se estabeleceu por meio do latifúndio e do trabalho escravo. O sistema de colonização, implementado nos EUA, divergia também quanto ao preparo técnico, a autonomia política e nível educacional dos imigrantes que era bem superior ao dos degradados portugueses que vieram colonizar o Brasil, conforme aduzido por Caio Prado Jr (2021).

Nas colônias de povoamento era gerado um mercado interno capaz de propiciar o acúmulo de capital necessário ao desenvolvimento de bens manufaturados por meio da industrialização, enquanto no Brasil colonial (de exploração semifeudal latifundiária escravista) a produção era toda expropriada por Portugal (PRADO JR, 2021). Faltava ao Brasil condições estruturais que abrissem espaço para a formação de um Estado-Nação progressista e determinado ao pleno desenvolvimento econômico por meio da industrialização (BRESSER-PEREIRA, 2021).

Nas revoluções capitalistas da Europa Ocidental ocorreu a ascensão de uma burguesia industrial, se estabeleceu o assalariamento dos trabalhadores, houve a promoção dos direitos civis (ainda que elitistas) e a implementação de um Estado autônomo de fato. No Brasil não ocorreu um acúmulo de capital potencialmente industrializante, ainda que independente de Portugal, a sociedade brasileira se manteve mercantil-escravista. O Brasil foi o último país do ocidente a abolir a escravidão em razão do sistema escravista ter sido responsável pela manutenção da estabilidade política do Império (uma vez que mantinha os privilégios e conseqüente solidariedade das elites latifundiárias ao Governo). Desta forma, o Brasil perdeu a oportunidade de se civilizar e gerar um mercado interno que propiciasse a sua

industrialização no mesmo período histórico que outras potências modernas (BRESSER-PEREIRA, 2021).

O negativo reflexo econômico dessa gestão do Brasil Imperial se propaga até os anos de 1930, quando o Brasil finalmente realiza a sua revolução capitalista. Contudo, não havia somente a questão do atraso econômico para se lidar, era necessário lidar com o problema profundo da desigualdade social. A abolição da escravidão implicou em uma oferta ilimitada de mão de obra com salários ínfimos e uma massa de indivíduos marginalizados chamados por Jessé Souza (2009) de “ralé”. Florestan Fernandes também se manifestou quanto ao citado problema estrutural:

O que ocorre no plano estrutural repete-se no plano dinâmico. No entanto, essa repetição acarreta não só a persistência, mas também a constante renovação ou transformação das condições do capitalismo dependente e da sua sociedade de classes (...). Se certos condicionamentos estruturais se repetem no plano dinâmico, isso significa que as mesmas forças sociais, empenhadas na “conservação da ordem”, também controlam os processos de funcionamento, que implicam mudança social gradual, e os processos de inovação, diferenciação e estratificação, que implicam mudança social evolutiva. Ou elas não enfrentam outras forças sociais, de sentido contrário, capazes de anulá-las ou essas forças são muito fracas (...) (FERNANDES, 2021, p. 79).

Bresser-Pereira aponta que somente nos anos 2000 houve significativa mudança no quadro da radical desigualdade social no Brasil:

Será somente a partir do momento em que a revolução capitalista brasileira se completa, em torno de 1980, e a transição democrática de 1985 acontece, que esse quadro vai mudar. E a mudança se acentua nos anos 2000, quando podem ser observados claros sinais de que o país atingira o “ponto Lewis”, que a oferta ilimitada de mão de obra que caracteriza classicamente os países em desenvolvimento afinal deixara de existir. Entre esses sinais, talvez os dois mais importantes sejam a tendência dos salários a não mais aumentarem abaixo do aumento da produtividade, mas acima dele, e a redução da porcentagem de trabalhadores sem contratos formais de trabalho. (BRESSER-PEREIRA, 2021, p. 61).

Com relação as elites brasileiras, eram indubitavelmente provenientes das oligarquias rurais e, na plutocracia instaurada, a colmatação das vagas tecno burocráticas do governo eram preenchidas pelos parentes desses. Ou seja, a estrutura social era retroalimentada pelas políticas de governança estatal. Não haviam condições econômicas e nem democráticas para uma revolução capitalista no Brasil Imperial, esse argumento se reforça pela violência ofertada aos que, nesse

período histórico, oferecessem resistência aos desígnios dos oligarcas rurais. Com o advento da tarifa Alves Branco em 1844 (política fiscal protecionista e arrecadadora), ocorre a ascensão dos burocratas patrimonialista (BRESSER-PEREIRA, 2021). Compreende-se aqui que as classes dominantes no Brasil passaram a ser formadas não somente por oligarcas rurais latifundiários, mas também por grandes comerciantes (de origem oligárquica, mas agora autônomos).

Importa ainda destacar na evolução econômica-histórica do Brasil que em meados do século XIX passam também a integrar a sociedade brasileira os imigrantes europeus assalariados cujo objetivo era laborar nas fazendas de café. Esses imigrantes passariam a ser a base da classe média profissional do Brasil, constituindo uma nova camada do estrato social e que, futuramente, viriam a ser responsáveis pela industrialização brasileira, conforme aduziu Bresser-Pereira (2021). O Império logrou êxito no que diz respeito a unidade territorial, mas no que se refere ao progresso econômico se mostrou incompetente, uma vez que o Brasil foi retardatário na abolição da escravidão e na criação de um mercado interno por meio do assalariamento dos trabalhadores.

Devido a ascensão do ciclo cafeeiro e a conexas opulência financeira trazida pelas exportações do grão, criou-se finalmente a possibilidade de uma mudança estrutural econômica (FURTADO, 2021). Uma aliança entre as classes médias civis e militares com essa nova burguesia que surgia, resultou no nascimento de uma campanha republicana. O Império que já vinha em declínio e com fraca sustentação governamental, um ano e meio após a abolição da escravidão, perde grande parte do apoio das classes dominantes e é proclamada a República mediante a um levante militar.

É importante frisar que a República não foi fruto de uma união popular democrática, as classes dominadas foram apenas testemunhas de uma reação histórica que mais parecia para elas uma “parada militar”. A ordem social não foi renovada, não ocorreu como na Europa um levante burguês revolucionário, ao contrário, os estamentos senhoriais se perpetuaram em posições-chaves no controle estatal, como forma permanente de privilegiamento. Nas palavras de Florestan Fernandes (2021, p. 92), “não atirou os círculos sociais em processo de aburguesamento contra os privilégios do antigo sistema, e sim contra o julgo

colonial”. Terminada a fase de “descolonização”, todos os demais privilégios de setores da classe dominante se mantiveram.

Em 1889 foi proclamada a República no Brasil o que representou a ascensão da burguesia paulista em prejuízo das oligarquias do nordeste e da já citada tecnoburocracia pública patrimonialista. O pacto político dos governadores do eixo São Paulo-Minas Gerais apontou pelo favorecimento da burguesia cafeeira, tendo seu apogeu no governo do presidente Campos Sales (1898-1902). Esse novo Estado Republicano, por não possuir o apoio da maior parte da elite econômica do país, se mostrava um Estado frágil e para alcançar certa estabilidade teve de conceder maior autonomia aos interesses dos governadores locais (domínio das oligarquias rurais), conforme aduzido por Luiz Carlos Bresser-Pereira (2021).

Oportunamente, vale frisar que as integrações políticas oriundas de pactos sociais no Brasil, qual seja o momento histórico que tenham se dado ou por mais pluralizada estruturalmente que fossem, jamais puderam ter como objetivo suprimir as desigualdades econômicas, socioculturais e políticas nascidas da estratificação de classes. Todas as grandes evoluções históricas no Brasil tiveram a manutenção de privilégios das altas classes como premissa. Na melhor das hipóteses as classes médias e baixas puderam utilizar do expediente crítico para almejar mudanças nas posições de poder, mas nunca a título de redistribuição de renda ou diminuição do prestígio/privilégio social elitista. A elite brasileira em diversos momentos históricos firmou pacto com o retrocesso e foi contrária ao progresso nacional, na revolução industrial brasileira não foi diferente.

Como já mencionado, a industrialização nacional teve seu marco inicial no final do século XIX com o aumento da produção do café em São Paulo (FURTADO, 2021). A ampliação do comércio de café resultou no acúmulo de capital necessário a modernização industrial, bem como, por meio da abolição da escravidão e paralelo assalariamento dos trabalhadores, se gerou um mercado interno consumidor. O Brasil enfim reunia condições para a sua revolução industrial.

Vale ressaltar que não foi somente a indústria cafeeira que surgiu no final do século XIX, mas também a indústria têxtil e, com a implementação da malha ferroviária, o sistema de fundição de ferro concebido pelo Barão de Mauá. Destaca-se que a instalação da malha ferroviária não atendia prioritariamente à integração nacional, mas ao escoamento da produção a ser exportada (BRESSER-PEREIRA,

2021). O que aponta, por mais uma vez, o aparelhamento estatal para suprir as necessidades das oligarquias agromercantis.

Contudo, boa parte da oligarquia agrário-mercantil era contrária a modernização produtiva e conseqüente industrialização, pois compreendia que a vocação brasileira se dava apenas para a produção agrícola e conseqüente exportação desses produtos. O pensamento comum era que o Brasil não necessitava manufaturar os produtos como os europeus faziam, uma vez que o Brasil, diferente dos anglo-saxões, reunia condições favoráveis à produção, mas não ao seu beneficiamento. Além disso, se opunham a qualquer política de industrialização por entenderem que a modernização brasileira dependeria do auxílio estatal para proteção alfandegária dos produtos manufaturados, o que implicaria no prejuízo da elite exportadora (BRESSER-PEREIRA, 2021).

Esse cenário só mudou após a Primeira Guerra Mundial, por meio da formação de uma nova aliança política formada entre os militares do Exército (vistos com desconfiança pelos Governadores que preferiam a atuação da Guarda Nacional) e a nova burguesia industrial nacional que prosperava em São Paulo (advinda da produção do café). Por óbvio se engendrava uma campanha nacionalista que, por sua vez, implicou na criação da Liga da Defesa Nacional (LDN). Como evidenciou Bresser-Pereira (2021, p. 104), o endividamento externo do Brasil foi iniciado por um empréstimo de 400 mil libras contratados de um comerciante inglês e quase um século depois de juros arrolados se tornou o motivo da união entre a tecnoburocracia pública com a burguesia industrial e as demais camadas sociais médias que resultaram na Revolução de 30.

É cediço que para implementação da maior parte das revoluções industriais no mundo a burguesia teve de se aliar a ala mais progressistas do antigo regime a fim de ascender ao poder, no caso brasileiro não foi diferente. A assunção da nova elite burguesa, com apoio da oligarquia latifundiária cafeeira paulista, se deu de forma gradual e conservadora, diferente dos casos revolucionários observados na Inglaterra e na França nos séculos XVIII e XIX.

Nesses termos, Getúlio Vargas liderou a Aliança Liberal que foi marcadamente uma coalizão política heterogênea entre parte da velha oligarquia, os empresários industriais, os tecnocratas do governo e os trabalhadores urbanos. O que destaca a campanha bem sucedida de Vargas foi ter vislumbrado a

oportunidade progressista, reflexa à Crise da Bolsa de Nova York em 1929, e ter aderido ao movimento político que rompeu com o pacto liberal (café e comércio exterior) e fortaleceu o movimento nacionalista (pró-industrialização), mesmo sendo de família ligada a velha estrutura (BRESSER-PEREIRA, 2021). Como dito anteriormente, toda revolução necessita do apoio da ala mais progressista do regime anterior e Vargas ocupava bem esse posto, uma vez que advinha da oligarquia latifundiária brasileira.

Getúlio Vargas assume o poder (1930-1945) e a revolução industrial brasileira registra o fim do domínio estatal oligárquico com a ascensão do Estado nacional-desenvolvimentista. Embora a mudança estrutural já representasse um grande obstáculo a ser superado o Brasil teve de lidar ainda com a ação predatória dos capitalistas progressos. Entretanto, diferente dos outros modelos observados na América Latina na mesma época, o Brasil foi capaz de assegurar a sua industrialização e conteve a dominação imperialista por certo tempo. No início da industrialização brasileira a taxa cambial foi utilizada como oportuna ferramenta de controle econômico, o intuito era a implementação do confisco cambial (imposto sobre a exportação de produtos primários) para transferência de recursos da agricultura exportadora para o desenvolvimento das indústrias (FURTADO, 2021).

Celso Furtado (2021) aponta que o reflexo dessa política protecionista pavimentou, literalmente, o sucesso da industrialização, uma vez que permitiu a constituição de uma infraestrutura mínima de transporte e energia, bem como implicou no estabelecimento de um sistema bancário e o fortalecimento do mercado interno. Bresser-Pereira (2021), aponta que a taxa de câmbio diferenciada foi responsável pela neutralização da doença holandesa (conceito econômico que relaciona o declínio do setor manufatureiro devido ao aumento da exportação de recursos naturais), ao longo de todo o período da revolução capitalista brasileira.

Devido ao desenvolvimento industrial a classe média exponencialmente se amplia do subproletariado rural até os tecnocratas. A diferença principal é que uma parte da classe média se encontra excluída do processo evolutivo econômico (funcionários públicos patrimonialistas, profissionais liberais...), enquanto a outra parte é fundamental para o regular desenvolvimento do processo (tecnocratas não patrimonialistas, operários especializados, administradores de empresa...). No que tange a origem da classe social objeto do presente estudo, a classe média

profissional originada do proletariado urbano, esse foi o momento histórico da sua concepção.

A nova classe média se apresentou como ferramenta indissociável do desenvolvimento econômico do Brasil e o seu recrutamento se tornou fundamental para uma maior efetividade do Estado, uma vez que esses intelectuais ocupariam os cargos burocráticos de direção dos novos órgãos de fomento econômico. Octavio Ianni (1971, p. 25) aponta que assim surgiram as primeiras empresas públicas, como o Conselho Federal de Comércio que foi motriz do planejamento econômico brasileiro. Frise-se que apesar de origens sociais distintas e formação política divergente, os tecnocratas encontravam-se alinhados com a ideologia nacional-desenvolvimentista da época.

Não menos importante foi o passo dado por Getúlio Vargas na questão do desaparelhamento estatal com a implementação de concursos públicos para provimento de vagas na Administração Federal, instituídos por meio da Carta Magna de 1937. A criação do Departamento Administrativo do Serviço Público, parte da estratégia de planejamento governamental desenvolvimentista, servia ao propósito de aumentar a pressão sobre os servidores públicos patrimonialistas e afastar as intervenções da elite latifundiária-mercantil na gestão estatal. O assim designado Estado Novo era ditatorial, mas possuía caráter reformador. Segundo Bresser-Pereira (2021), o Brasil inicia de fato a sua revolução capitalista no ciclo que conceitua como “Nação e Desenvolvimento”, apontando ainda a taxa média de crescimento da renda *per capita*, entre os anos de 1930 a 1980, no importe de 4% ao ano.

O Brasil volta a despertar a atenção internacional e uma missão americana (Missão Abbink), recebida pelo Governo Dutra (1948), até então sem maiores pretensões, passa a protagonizar um plano de desenvolvimento para o Brasil por meio de financiamento internacional e se cria a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos. A iniciativa propunha que os projetos de infraestrutura (energia, transporte e comunicação) ficariam a cargo do Estado brasileiro, enquanto a iniciativa privada estrangeira seria responsável pela mineração e assim o Brasil passa a permitir o acesso norte-americano ao mercado interno (BRESSER-PEREIRA, 2021). Em momento seguinte, dando continuidade aos projetos de fomento à economia por meio do financiamento externo, foi fundado o Banco Nacional de Desenvolvimento

Econômico e Social (BNDES) com fito da promoção de novas indústrias e ampliação das já existentes. Nas palavras de Florestan Fernandes:

Esse imperialismo requeria um padrão de modernização ao mesmo tempo intensivo, extensivo e exigente. Já não se tratava apenas de dar o impulso e captar os resultados; mas de fornecer, juntamente com ideias, instituições, técnicas e valores sociais, o dimensionamento da economia, da cultura e da sociedade (como devem organizar-se e funcionar escolas, empresas industriais ou financeiras, o exército, a família, o Estado etc.) (...). A modernização dependente equivale, agora, à colonização portuguesa e espanhola. Só que ela se desenrola através de instituições, estruturas sociais e econômicas, ou orientações de valores (FERNANDES, 2021, p. 131).

No segundo governo de Getúlio Vargas (1950-1954), o presidente recém-eleito retoma o projeto nacional-desenvolvimentista, momento em que via assessoramento econômico de Rômulo Barreto de Almeida e Jesus Soares Pereira, implementa a retomada da criação de novas estatais desenvolvimentistas objetivando o crescimento econômico do Brasil (BRESSER-PEREIRA, 2021). Nesse esteio, surgem a Petrobras e a Eletrobras. Gerou-se inúmeros postos de trabalho e os índices econômicos se elevaram, o projeto estatal parecia ter logrado êxito.

Por conta da influência externa direta, durante o contexto da Guerra Fria, havia o temor de um confronto entre as superpotências mundiais (EUA x URSS), contribuindo decisivamente para a implementação de uma política cambial desastrosa. Por receio da escassez de insumos estrangeiros, o Estado decidiu pela liberalização das importações. A previsão que não se concretizou teve como resultado a sobre apreciação da taxa de câmbio, abertura maior para o financiamento externo (déficit em contracorrente nacional) e inevitável crise econômica. O reflexo da crise foi a ascensão da União Democrática Nacional (UDN), bem como culminou na pressão que em 24 de agosto de 1954 implicou no suicídio de Getúlio Vargas (BRESSER-PEREIRA, 2021).

Em 1955 ocorre nova eleição presidencial na qual se sagrou eleito Juscelino Kubitschek. Entretanto, há uma tentativa de golpe de Estado conduzida pelos liberais que foi neutralizada pelo contragolpe do General Henrique Lott, assegurando assim a posse do presidente eleito. O período em comento até 1961 apresentou taxa média anual de crescimento do produto interno real de 6%, com extraordinário crescimento da produção industrial para o patamar de 11% anual. A política econômica lastreada no “Plano de Metas”, faz com que o PIB real subisse de 22,6%

em 1955 para 27,5% em 1960, com a plena participação da indústria manufatureira recém implementada (indústria automobilística, naval, petroquímica e usinas siderúrgicas), conforme aponta Bresser-Pereira (2021, p. 153). Nesse sentido, Kubitschek representou o primeiro governo burguês industrial consolidado do Brasil, tendo em vista o atingimento de certa autonomia econômica, as elites industriais brasileiras puderam resistir às pressões externas ecoadas nos discursos das elites liberais locais.

O apoio recíproco entre o governo desenvolvimentista e o empresariado industrial se deu de forma substancial ao passo que o Estado impunha limitações fiscais às exportações (confisco cambial), que por consequência neutralizava a doença holandesa (relação entre o avanço da exportação de recursos naturais e o declínio do setor manufatureiro) e, em contrapartida, as indústrias geravam empregos, ampliavam a arrecadação de tributos e aumentavam os índices de crescimento econômico do país, nos termos de Bresser-Pereira (2021).

Como já esperado, o desenvolvimento industrial implicou na insatisfação da oligarquia rural e no alto comércio exportador, tendo em vista que ameaçou as suas posições já sedimentadas na sociedade brasileira. Não menos insatisfeitos se encontravam os países de industrialização pregressa com interesses no Brasil, uma vez que a autonomia brasileira refletia negativamente na hegemonia liberal e na consequente diminuição da transferência de renda.

Para ilustrar o incômodo gerado pelo sucesso da industrialização do Brasil, em 1960 o jornal "The New York Times" publicou reportagem semanas antes das eleições presidenciais na qual afirmava que o candidato Henrique Lott (general militar), pertenceria ao prisma da esquerda comunista, enquanto o então candidato Jânio Quadros pertenceria à ala política da direita (este último apoiado pelos liberais). O candidato Jânio Quadros se elegeu presidente e o seu mandato de seis meses foi marcado pela redefinição da política externa brasileira como liberal dependente (BRESSER-PEREIRA, 2021). Por óbvio que a matéria jornalística norte-americana não foi a principal responsável pelo resultado da eleição, mas apresenta bem o tipo de pressão política externa exercida sobre o Brasil.

Em seguida Jânio Quadros renuncia informando sofrer severas pressões políticas e assume o vice-presidente João Goulart, ideologicamente alinhado com a esquerda e herdeiro político de Vargas. Se instaura uma crise política na qual o

empossamento de João Goulart somente ocorre com a condição do Brasil se tornar parlamentarista (proposta que dois anos mais tarde foi derrubada via plebiscito).

O acirramento entre as vertentes ideológicas que constituíam a política nacional foi se ampliando à medida que as tensões entre os EUA e a URSS cresciam. A cúpula militar, pressupondo uma Terceira Guerra Mundial, instituiu uma estratégia de “segurança nacional” que compreendia um alinhamento político com o bloco americano, uma vez que previam como resultado da possível grande guerra a vitória dos EUA e seus aliados. João Goulart era considerado pelas forças armadas óbice à “segurança nacional” e o resultado da crise política foi o golpe militar de 1964.

Bresser-Pereira (2021, p. 181) traz em sua obra esclarecedora informação na qual aponta direta interferência política dos EUA no golpe civil-militar de 1964. O autor aduz que documentos da Casa Branca se tornaram públicos e comprovaram uma sinalização americana de apoio aos militares por meio do embaixador Lincoln Gordon, uma vez que John Kennedy “temia” um levante comunista no Brasil e propôs uma intervenção armada.

A nova burguesia industrial brasileira, se debilitou, quanto a atuação política externa, ao excluir do protagonismo social outros estratos sociais auxiliares à sua ascensão. No final a burguesia industrial não resistiu e cedeu às investidas capitalistas externas e o progresso nacional foi relegado à segundo plano. Em que pese a ascensão da burguesia industrial com conseqüente fortalecimento da economia nacional e a consolidação do mercado interno, as tensões de uma possível Terceira Guerra Mundial mostraram a quão frágil e despreparada era a nova elite. Em rompante autodestrutivo, os industriais se alinharam com os velhos poderes políticos da oligarquia rural, do alto comércio exportador e às empresas estrangeiras e aderiram ao golpe militar de 1964 (BRESSER-PEREIRA, 2021). A coalizão progressista entre empresários industriais, trabalhadores urbanos e as esquerdas é liquidada.

O reflexo do golpe de 1964, com relação a balança comercial brasileira, apresenta grande êxito da política externa norte-americana em detrimento dos interesses econômicos do Brasil. Os padrões de fluxo de capital demonstram claramente o sucesso alcançado pelos EUA com relação aos investimentos diretos realizados e os lucros obtidos. Os dados apresentados pela Comissão Executiva de

Coordenação Latino-Americana em Viña del Mar na data de 15 de maio de 1967 comprovam que o investimento privado na América Latina produziu um lucro líquido no importe de 1.194 milhões de dólares, mas apenas 363 milhões de dólares foram reinvestidos. Ou seja, os países latino-americanos sofreram um prejuízo estimado em 831 milhões de dólares, nos termos de Florestan Fernandes (2021, p. 36). Outros dados importantes foram: a taxa de crescimento *per capita* no Brasil, em 1964, se tornou negativa com uma redução de 6,1%, bem como o índice de desemprego em 1965 subiu para 13% com relação à força de trabalho industrial, conforme Bresser-Pereira (2021, p. 183).

Por mais violenta que fosse a repressão do regime militar, inclusive por meio de torturas e homicídios ocultados, o novo governo possuía um verniz de legalidade a fim de obter estabilidade governamental. Dessa forma, manteve o Congresso Nacional em funcionamento na maior parte do regime, bem como “processava e julgava”, pelos Tribunais Militares, os cidadãos denunciados por subversão. Essa simulação de democracia, orquestrada pelo governo militar, possuía o único fito de manter o apoio das elites e da população, mas durou apenas até o governo Costa e Silva e a promulgação do Ato Institucional nº. 5 em dezembro de 1968 (BRESSER-PEREIRA, 2021).

Foram convocados para compor a estratégia econômica os tecnocratas civis (Roberto de Oliveira Campos e Octavio Gouvêa de Bulhões), que implementaram os fundamentos econômicos do governo por meio do Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) e contiveram o processo inflacionário. A economia cresceu a uma taxa anual de 11,3% e a indústria a uma taxa de 12,7% ao ano (BRESSER-PEREIRA, 2021, p. 229), o período ficou conhecido por “milagre econômico”.

A estratégia econômica adotada também contou com a mudança da estratégia da substituição de importações para a exportação de bens manufaturados, bem como garantiu uma taxa de câmbio competitiva neutralizando a doença holandesa (instituinto imposto sobre as exportações). O Brasil passou a integrar os NICs (Newly Industrialized Countries), grupo formado pela Coreia do Sul, Taiwan, Hong Kong e Singapura (BRESSER-PEREIRA, 2021).

Entretanto, em 1973 ocorreu uma crise internacional do Petróleo que atingiu os países produtores e exportadores desse recurso natural. A estratégia equivocada implementada foi aumentar a dívida externa bruta adotando como garantia reservas

internacionais. O plano se mostrou um erro ao elevar o valor da moeda nacional quando da entrada de capital estrangeiro, que por sua vez refletiu no aumento do poder de consumo e consequente endividamento da população ao invés de aumentar os investimentos (crise de balanço de pagamentos). O vertiginoso endividamento externo do Brasil culminou, em 1980, com os bancos estrangeiros credores não mais rolando a dívida externa e o país enfrentou uma crise de solvência catastrófica e sem precedentes (BRESSER-PEREIRA, 2021).

No cenário político a pressão popular pela redemocratização do Brasil começa a tomar força. A igreja católica intervém fortemente pelos Direitos Humanos ao serem noticiados cada vez mais casos de tortura e assassinato, bem como advogados, como Sobral Pinto, iniciam campanha ostensiva para libertação dos presos políticos. Entretanto, o governo militar contra golpeia impondo um cronograma para abertura democrática que enfraquece o movimento de resistência e o colégio militar elege João Figueiredo para a presidência. Devido às greves sindicais dos anos 80, especialmente na região do ABC paulista (lideradas por Luiz Inácio da Silva) a burguesia industrial, que sinalizava descontentamento com o regime militar, volta a se aproximar do governo para que este reprimisse as greves. Essa aproximação da burguesia industrial se dá até a ocorrência do episódio do Riocentro, quando há o rompimento definitivo com a tecnocracia militar.

Por mais conservadora que seja a sociedade brasileira não se pode dizer que não tenhamos alcançado a democracia. Todavia, a qualidade dessa democracia é que talvez mereça maior atenção. Ao entendermos a dinâmica econômica da globalização se percebe que a autonomia de vontade de um país talvez não seja tão independente quanto se acredita. Os países estão sujeitos a pressões políticas e econômicas naturais do capitalismo, principalmente quando se trata das relações entre países desenvolvidos e periféricos. Ocorre que a democracia foi subvertida à ferramenta de derrubada de governos dos países em desenvolvimento sempre que esses representassem risco a hegemonia dos países centrais e suas empresas multinacionais (FERNANDES, 2021).

Em que pese a fragilidade da democracia no Brasil não há dúvidas que a Constituição de 1988 ratificou o fim do período da ditadura militar, bem como foi de fato a primeira constituição democrática em razão dos constituintes serem oriundos de eleições diretas com a participação popular. Além disso, formalizou em seu texto

direitos sociais, civis e políticos, embora isto não signifique garantia de acesso aos direitos conquistados. Todavia, o direito universal à saúde foi uma grande vitória para as classes sociais desfavorecidas por garantir, inclusive, orçamento próprio para a sua manutenção. Vale destacar ainda que a Constituição de 1988 não foi recebida favoravelmente pelas elites, o que implicou em uma acentuada guinada neoliberal e mais um mergulho no capitalismo dependente.

As elites de um país em desenvolvimento têm de optar entre uma aliança com as classes médias profissionais e a classe trabalhadora urbana ou se alinhar às elites dos países capitalistas estrangeiros. Na primeira hipótese a elite nacional tem de abrir concessões que vão refletir em maiores salários dos trabalhadores, maiores gastos com políticas públicas assistencialistas (educação, saúde e assistência social), mas em contrapartida terão acesso exclusivo a um mercado interno para investir e gerar lucros contando ainda com apoio estatal na captura de mercados externos. Já na segunda hipótese, as elites nacionais pagam menos impostos, recebem maiores rendimentos nas suas aplicações financeiras e contam com acenos dos países ricos. Entretanto, o país não alcança desenvolvimento, a taxa de crescimento econômico diminui e o mercado interno retrai.

A teoria neoliberal é lastreada no combate ao crescimento do aparato estatal e protecionismo regulatório fiscal. Também visa a repressão ao populismo econômico no qual aponta a necessidade da redução dos gastos públicos e contração da interferência do Estado nas demandas salariais do setor privado. Ou seja, redução do tamanho do Estado e liberalização irrestrita do país aos desígnios do mercado. Contudo, o que chama a atenção na teoria neoliberal é a exclusão, intencional ou não, das implicações econômicas a médio e longo prazo, no que tange ao interesse nacional, com relação à entrega do mercado interno e utilização de recurso externo para o crescimento do país.

Como dito anteriormente, a teoria do capitalismo dependente afirma que a internacionalização do sistema de produção implica no deslocamento dos controles nacionais-estatais para os monopólios organizados dos países desenvolvidos, favorecendo a ampliação do poder econômico externo e enriquecendo ainda mais as corporações multinacionais estrangeiras. Assim se perpetua a hegemonia dos países desenvolvidos em detrimento dos países em desenvolvimento.

(...) É o modo de privilegiamento interno das classes “altas” e “médias”, cujos setores dominantes e elites dirigentes forjam o seu *espírito capitalista* especial, alicerçado na combinação da dependência com o subdesenvolvimento, que determina a “lógica do capitalismo dependente” e o caráter ultra egoístico, autocrático e conservador de suas estruturas de poder elitista. Doutro lado, por fundar-se na dominação exclusiva e exclusivista das classes privilegiadas, a referida ordem econômica, sociocultural e política carece de potencialidades de autotransformação suficientemente fortes e contínuas para imprimir maior flexibilidade e eficácia ao funcionamento das classes sociais e do regime de classes. Suas potencialidades de autotransformação apenas alimentam os mecanismos de estabilidade e de mudança dentro da ordem que reproduzem socialmente um padrão dependente de desenvolvimento capitalista e uma sociedade de classes estruturalmente pluralista, mas dinamicamente semiaberta e semidemocrática (FERNANDES, 2021, p. 100).

O supracitado excerto de Florestan Fernandes faz menção aos exatos termos perpétuos em que a sociedade brasileira parece invariavelmente se abrigar. Não bastando as constantes investidas políticas da dominação imperialista que objetiva influenciar a tomada de decisões estatais e consequente despojo da poupança pública e do mercado interno, a sociedade brasileira parece padecer da falta de memória histórica ao se lançar às coalizões políticas com os setores sociais mais entreguistas e retrógrados do Brasil. A luta de classes interna já aponta por uma grande tensão na celebração de um pacto entre os trabalhadores urbanos e a burguesia industrial em virtude do aceno à desigualdade social e à concentração de riquezas, entretanto, a possibilidade de gerar empregos na indústria e consequente fabricação de manufaturáveis para exportação, na tentativa de retomar riquezas espoliadas ao adentrar mercados externos, parece alternativa mais sensata do que apenas rentabilizar investimento elitista (sem gerar empregos e fazer circular a riqueza), exportar recursos naturais esgotáveis e pagar juros de rolagem de dívida aos países estrangeiros.

No caso brasileiro o neoliberalismo tem como marco a ascensão do presidente Fernando Collor que, por meio de uma estratégia econômica temerária, implementou a abertura comercial do país e implementou as privatizações. Além dos planos de ação relatados, a fim de aumentar os rendimentos dos rentistas e o poder de consumo da população, decidiu combater a hiperinflação da época. Para tal intento, paradoxalmente, confiscou as poupanças privadas e realizou o congelamento dos preços (BRESSER-PEREIRA, 2021).

Entretanto, a ortodoxia da estratégia liberal econômica não levou em consideração as empresas que compravam à vista e vendiam a prazo. A venda a

prazo incluía em seu preço a inflação prevista para os dias ou meses futuros. Com os preços congelados e sem que essa inflação prevista fosse anulada, os preços dos produtos dispararam novamente. Ou seja, as empresas não se prepararam para o congelamento dos preços e, a fim de recuperarem as suas margens de lucro, os preços voltaram a subir e a inflação no final de 1990 encontrava-se no patamar superior de 20%. Vale destacar que esse plano de ação que visava a estabilização da inflação contou com o apoio do FMI (Fundo Monetário Internacional), uma vez que o Brasil foi signatário do Consenso de Washington. O reflexo do endividamento externo foi o aumento da taxa básica de juros paga pelo governo no importe de 30% em 1992, conforme aponta Bresser-Pereira (2021, p. 309).

Devido a desastrosa campanha econômica e comprovados casos de corrupção, Fernando Collor “renuncia” ao poder e assume a presidência o seu vice, Itamar Franco. Com a missão de controlar a inflação, Fernando Henrique Cardoso foi indicado ao ministério da fazenda e delineia seu projeto econômico por meio do Plano Real. O plano real foi desenvolvido pelas seguintes plataformas: 1 - ajuste fiscal por meio do corte de despesas públicas e aumento de impostos; 2 - neutralização da inflação inercial (efeito em cadeia correlato ao aumento do preço de inúmeros produtos em virtude do anterior aumento de outro produto, por exemplo o aumento do preço dos combustíveis que impacta posteriormente no aumento do preço dos alimentos); 3 – a reforma monetária com a implementação de uma nova moeda nacional a partir da redução da taxa de inflação próxima a zero e 4 – a consolidação do plano real por intermédio da abertura comercial adicional. A estratégia foi um equívoco, uma vez que valorizou demais a moeda nacional e, por sua vez, resultou na estagnação econômica pelo aumento de rentistas, impulsionando o aumento da taxa de juros e consequentemente ampliando a dívida externa (BRESSER-PEREIRA, 2021).

Apesar das medidas voltadas ao crescimento econômico não terem alcançado o resultado esperado, bem como implicaram em severo racionamento dos gastos públicos, o Governo Itamar Franco melhorou a eficiência na área social, inclusive avançando na questão dos direitos humanos. Implementou a reforma gerencial e da Previdência Social, o que aumentou o prestígio internacional do Brasil (BRESSER-PEREIRA, 2021). Por esses aspectos, em 1995 Fernando Henrique Cardoso é eleito e se torna presidente.

Todavia, a taxa de câmbio se encontrava apreciada e o governo tem de empreender esforços para corrigi-la, uma vez que a manutenção desse cenário implicaria na queda das exportações e crise no balanço de pagamentos (remete-se aqui à crise de 1980 do Governo Sarney). As medidas tomadas são impopulares, mas necessárias: aumento temporário da inflação e redução dos rendimentos da população (BRESSER-PEREIRA, 2021). O governo FHC não apresentou grandes resultados econômicos, mas implementou medidas de controle que propiciaram estabilidade e alicerçaram um crescimento futuro. Vale destacar ainda o aumento nos gastos sociais e a ampliação da rede de cobertura das camadas sociais mais baixas.

Em outubro de 2002, após quatro tentativas, Luiz Inácio Lula da Silva é eleito presidente. A eleição de um representante de origem operária e de esquerda não deixa dúvidas quanto a consolidação da democracia no Brasil e a sua permanência até o fim do segundo mandato (2010) demonstrou que as oligarquias rurais e os liberais autoritários passaram a ter de conviver com a participação política das demais classes sociais. Contudo, a ascensão de Lula foi marcada por grande articulação com a burguesia, uma vez que as concessões foram mútuas. O reflexo dessa sinalização positiva para uma coalizão da esquerda com a burguesia rentista, financista e a alta tecnoburocracia, foi a elevação da taxa de juros e o aprofundamento do ajuste fiscal que resultou na recessão de 2003 (BRESSER-PEREIRA, 2021).

Entretanto, o expressivo aumento no preço das *commodities* exportadas pelo Brasil, bem como o aumento vertiginoso no valor das exportações, resultaram em uma guinada econômica histórica que possibilitou a implementação de uma política jamais antes vista no país: programas sociais de distribuição de renda e aumento do salário mínimo no patamar de 52%. A taxa de crescimento do PIB dobrou em relação ao governo FHC (BRESSER-PEREIRA, 2021). O Brasil era respeitado internacionalmente, mas parte também pela política econômica alinhada com os interesses externos, afinal as multinacionais aqui instaladas também se beneficiavam da supervalorização das *commodities* (também ligada a descoberta de grandes reservas de petróleo no pré-sal), assim como a burguesia rentista e financista estava satisfeita com os juros altos.

Todavia, o governo Lula foi responsável pela ascensão de milhões de brasileiros pobres para a sociedade de consumo, passando a pertencer a uma nova classe média. Além disso, o aumento das despesas estatais com educação, saúde e programas de assistência social praticamente eliminaram a extrema pobreza e melhoraram os índices relativos à desigualdade social, problema histórico e crônico brasileiro. Esses números trouxeram grande popularidade ao governo do PT que em 2010 elegeu a presidente Dilma Rousseff.

A primeira presidente mulher do Brasil tentou libertar o país de outros grilhões históricos, os juros altos e o câmbio apreciado. Em agosto de 2011 o Banco Central surpreendeu a sociedade ao anunciar ao mercado financeiro uma forte redução da taxa de juros. A taxa de juros nominal caiu de 12,25% para 7,25%, uma taxa de juros reais de apenas 2% ao ano (BRESSER-PEREIRA, 2021). Essa estratégia econômica representou um ataque direto ao interesse da burguesia rentista e financista do país.

Conforme a teoria econômica e a prática dos países ricos ensinam, a taxa básica de juros é uma taxa essencialmente exógena ao sistema econômico, podendo ser definida com razoável grau de liberdade pelo Banco Central. Porém, no Brasil ela é também utilizada como indexador de títulos públicos. Logo, os bancos centrais em todo o mundo têm ampla autonomia para determinar a taxa de juros básica, enquanto as taxas de juros para aplicações mais longas, como nos títulos públicos, são mais elevadas. Não no Brasil, pois a taxa básica de juros que deveria regular as operações de mercado aberto e a quantidade de moeda em circulação é a mesma que remunera os títulos públicos (...). Por que este problema não é resolvido? Porque o Brasil, simplesmente, não adota a prática dos demais países. Essencialmente porque não interessa aos capitalistas rentistas, inclusive uma grande classe média rentista, aos bancos e demais instituições financeiras juros reais baixos; negativos, nem pensar. Eles estão acostumados a taxas elevadas de juros, e quando um governante, como foi o caso da presidente Dilma Rousseff em 2012, tenta enfrentá-los, a reação é muito forte (BRESSER-PEREIRA, 2021, p. 340-341).

No início de 2013, após a drástica redução da taxa de juros, bem como uma série de intervenções na economia (ajuste nos preços da Petrobrás e nos do sistema elétrico) e ainda o resultado do PIB de apenas 1,9%, os representantes da ortodoxia liberal, bem como a grande imprensa conservadora passaram a atacar frontalmente o Governo Federal. Com a forte pressão exercida sobre a Administração Pública, o Banco Central retroagiu e voltou a aumentar a taxa básica de juros (BRESSER-PEREIRA, 2021).

Em seguida, as manifestações políticas de junho de 2013 mostraram a perda de apoio da classe média, refletindo na perda de sustentabilidade política do Governo. Não obstante aos problemas já enfrentados, a nomeação desastrosa de Joaquim Levy para o Ministério da Fazenda representou a maior recessão da história do país, refletindo uma queda acumulada de 6,9% do PIB (BRESSER-PEREIRA, 2021). Assume a pasta Nelson Barbosa, que realizou competentes ajustes na política fiscal, mas que, em virtude do impeachment da presidente Dilma Rousseff, não se pôde apreciar todos os prováveis impactos positivos. Sem o apoio da elite econômica e da classe média o Governo Dilma estava cada vez mais impopular.

As constantes denúncias de corrupção na Petrobras e o novo instituto jurídico da delação premiada, fizeram da Operação Lava Jato sensação midiática. Foram reveladas imensas propinas pagas por construtoras a alguns diretores da Petrobras e também a dirigentes de partidos políticos (PMDB, PSDB e PT). Todavia, a operação Lava Jato concentrou suas investigações somente no PT a fim de conseguir apoio das elites conservadoras (BRESSER-PEREIRA, 2021). O caráter de promoção pessoal das lideranças da Operação Lava Jato (Juiz Federal Sérgio Moro e Procurador Deltan Dallagnol), que deveriam primar pela imparcialidade devido ao cargo público que ocupavam, foi comprovado depois quando Moro se exonerou do cargo de Juiz Federal e foi nomeado Ministro da Justiça do presidente Jair Bolsonaro, bem como quando o Procurador Dallagnol se filiou ao partido Podemos e se tornou pré-candidato a deputado federal.

Com o agravamento do quadro político nacional, a oposição liberal se une ao então vice-presidente Michel Temer e ao presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha (membro do PMDB que foi condenado pelo desvio de recursos públicos para compra de aliados políticos). O Governo, ao não apoiar Eduardo Cunha que estava envolvido com os escândalos apresentados pela Lava Jato, recebe como resposta a autorização do início do processo de Impeachment da presidente Dilma Rousseff. Cabe esclarecer que o fundamento do processo foi o crime de responsabilidade por “pedaladas fiscais”, ato comum realizado também em outros Governos, mas que nunca gerou tal sansão antes. Foi claramente um golpe político (BRESSER-PEREIRA, 2021).

Em 12 de maio de 2016 se instala o Governo de Michel Temer que tinha como estratégia econômica implementar as reformas neoliberais requeridas pela burguesia rentista e financista. Entre as reformas realizadas a mais absurda de todas foi a emenda constitucional que estabeleceu um teto fiscal real sobre os gastos públicos, congelando investimentos em saúde e educação até o ano de 2036. Tais medidas não passaram de um plano de ação demagógico e com efeitos perversos sobre a parcela mais carente da população, uma vez que o Governo permanecia gastando 6% do PIB com pagamento de juros aos rentistas, enquanto reduzia os 5% do PIB gastos com saúde e os 7% gastos com educação (BRESSER-PEREIRA, 2021).

Em 2017 a economia brasileira continua tendo mal desempenho, mas sai da forte recessão. Vale ressaltar que isso não se deu em consequência da política econômica adotada pelo governo Michel Temer, mas da política adotada no último ano do Governo Dilma Rousseff que eliminou a doença holandesa e tornou a indústria brasileira competitiva novamente.

Como dito anteriormente, a atuação do então Juiz Federal Sérgio Moro e de parte dos desembargadores do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, estava desconexa da imparcialidade que deveria nortear os atos próprios da magistratura, tomando como função política a inviabilização da candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva (candidato que estava em primeiro lugar nas pesquisas eleitorais de 2018), uma vez que não respeitaram as fases de desenvolvimento saudável de um processo legal com estrita observância aos princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório. Fato este que foi comprovado por meio das decisões do Supremo Tribunal Federal que declararam a suspeição de Sérgio Moro nos processos em que Luiz Inácio Lula da Silva foi condenado.

Faz-se mister apontar que as posteriores decisões judiciais do STF reformaram as decisões de Moro por conta da parcialidade, mas não apreciaram o mérito dos processos judiciais. Ou seja, as decisões do STF não apuraram possíveis crimes imputados a Lula e nem havia mais tempo hábil para julgamento de novas ações criminais em razão da prescrição dos supostos crimes que lhe foram imputados pela Operação Lava Jato.

No final de 2018 foi eleito um político de extrema direita refletindo a gravidade da crise econômica e instabilidade política que atravessava o Brasil. Jair Bolsonaro

era deputado federal pertencente ao “baixo clero” cujos mandatos consecutivos somavam-se mais de 20 anos. Cabe destacar que Bolsonaro exaltava abertamente o regime da ditadura militar, a violência policial e a tortura.

Ao longo da campanha eleitoral de 2018, com intuito de reforçar a base eleitoral, Bolsonaro havia sinalizado à burguesia rentista e financista que iria atender aos seus desígnios econômicos ao apresentar o especulador financeiro Paulo Guedes para a pasta do Ministério da Fazenda, um economista neoliberal formado pela Universidade de Chicago (mesma Universidade que formou os economistas apelidados de “chicago boys” que afundaram o Chile em uma das maiores crises econômicas já enfrentadas por esse país).

Ao ser eleito, Bolsonaro implementou um governo neofascista que buscou apoio dos militares para um golpe de Estado. Entretanto, os planos foram frustrados em virtude da democracia estar mais consolidada do que em 1964 e a própria base aliada não considerar seriamente a sua implementação. Vale ressaltar que os ministérios foram ocupados por integrantes neofascistas racistas e homofóbicos apresentando consideráveis retrocessos sociais e ambientais, inclusive tendo extinguido o Ministério da Cultura.

Não bastando o retrocesso econômico e social do Brasil, um problema sanitário global passou a fazer parte da pauta da saúde: a pandemia causada pela COVID-19. As ações do Governo Bolsonaro com relação ao enfrentamento da pandemia foram desastrosas. Em que pese a maior parte dos países seguirem à risca as recomendações da Organização Mundial de Saúde (composta por cientistas e sanitaristas), o Governo Federal não adotou uma política com vistas a preservação de vidas. Ao contrário, não implementou testes em massa para controle da disseminação do vírus “sars cov 2”, bem como não auxiliou os governadores e prefeitos na promoção do isolamento social que prevenia a difusão da doença. O resultado da política genocida foi a morte de mais de 662 mil pessoas, segundo dados fornecidos pelo Instituto Johns Hopkins. A única medida adotada pelo Governo Federal, com fins de proteção social, foi a implementação de um programa de transferência de renda no importe de R\$ 200,00, que por atuação do Poder Legislativo Federal foi elevada para o importe de R\$ 600,00 (BRESSER-PEREIRA, 2021).

As ponderações realizadas nesse capítulo possuíram o intento de revelar aspectos reflexos do capitalismo global à realidade histórica-econômica do Brasil. O capitalismo dependente brasileiro, que é ratificado nos dias atuais pela política econômica neoliberal incentivadora das exportações e dos juros altos, bem como da captura do mercado interno pelas multinacionais estrangeiras, possui suas raízes em um país que foi colônia de exploração, mas que ao longo da sua história, ressalvadas poucas oportunidades, fez questão de consolidar uma identidade econômica-nacional de hipossuficiência e resignação aos designios dos países desenvolvidos por meio de uma gestão pública comprometida com o pensamento de uma elite interna reacionária. Nas palavras de Florestan Fernandes:

O país subdesenvolvido e dependente, que importa ciência e tecnologia científica, sempre enfrenta decisões políticas para assegurar o máximo de autonomia relativa em seu desenvolvimento científico-tecnológico. Se está preso ao contexto capitalista, mesmo sob a hipótese de preservação e de expansão do “sistema”, o ponto zero do desenvolvimento científico-tecnológico relativamente autônomo começa quando é possível cortar a incorporação ao espaço econômico, sociocultural e político dos países hegemônicos (portanto, através de uma “revolução dentro da ordem”) (FERNANDES, 2021, p. 135).

A transição do capitalismo dependente para um país economicamente autônomo possui como requisito a adoção de uma identidade política- econômica nacional forte. Nesse sentido, se faz necessária a real participação política dos demais estratos sociais na construção democrática do Brasil. Além disso, cabe salientar que o investimento massivo em ciência e tecnologia são requisitos para a industrialização, para o crescimento econômico e, finalmente, autonomia nacional.

CAPÍTULO 3 – DO EMPREENDEDOR INDUSTRIAL AO EXECUTIVO CONTEMPORÂNEO

“O demiurgo administrativo burocratizou o próprio espírito capitalista e fez da empresa um fetiche”. (MILLS, 1976, p. 126).

Os pretéritos excertos teóricos acerca do novo espírito do capitalismo e conexas cultura contemporânea propagada no mundo (aduzidos no capítulo primeiro), bem como a apresentação do cenário político, social e econômico do Brasil (ratificado no capítulo segundo), permitiram a contextualização da realidade em que os executivos brasileiros se encontram inseridos, cabendo agora adentrar as especificidades do objeto desse estudo.

As corporações empresariais, assim como a sociedade, se organizam de acordo com uma *linha de autoridade* a fim de propagar e permitir a execução das decisões exercidas por quem detém a posição de comando. É certo que as posições-chaves, como vimos pregressamente nesse estudo, são ocupadas pela elite dominante da sociedade, os detentores da propriedade como veremos adiante.

Entretanto, a produção em massa, o controle monopolístico do mercado e a difusão da nova cultura capitalista redefiniram as técnicas de comando e de controle postas em prática nas sociedades econômicas. Nesse sentido, a simples observação da autoridade exercida internamente na empresa não auxilia mais na compreensão de quem de fato exerce o controle corporativo, sendo a tecnoburocratização implementada apenas mais uma ferramenta para a consecução dos objetivos corporativos.

No intuito de melhor elucidar essa estrutura empresarial apontada, cabe destacar que não se deve confundir a figura do capitalista investidor (acionista) com a do empreendedor (empresário de si ou de algo). Logo, a noção de empreendedor que tomaremos como referência é a que se coaduna com a análise schumpeteriana adotada também por Osvaldo López-Ruiz (2003). A referida classe dos empreendedores abrange gerentes, diretores, administradores e outros tipos de executivos corporativos incumbidos da liderança empresarial, mas que não pertencem a categoria dos detentores do capital econômico contemporâneo (os acionistas).

A chave para distinção entre os acionistas e os executivos é definida pela capacidade inovadora que somente os executivos possuem, muito embora a figura dos primeiros industriais brasileiros se confunda com a dos acionistas contemporâneos, uma vez que os industriais primordiais eram executivos e também detentores do capital. Mas vale ressaltar que esses ainda possuíam a capacidade de inovação, característica não identificada nos acionistas.

A capacidade inovadora dos executivos é percebida quando se apropriam das possibilidades disponíveis a todos, mas de forma diversa dos demais indivíduos da sociedade conseguem transmutá-las em ação (CARDOSO, 2020). A referida ação inovadora no ambiente corporativo, por sua vez, tem de ser convertida em esforço unitário, sendo essencial o convencimento dos liderados a fim de que se submetam aos desígnios corporativos por um “bem maior”.

O executivo é um sujeito determinado pelo capitalismo do seu tempo, mas também um dos agentes transformadores da realidade histórica, conforme visto no segundo capítulo do presente estudo. Segundo Fernando Henrique Cardoso (2020, p. 41), “o empreendedor, ao modificar as práticas tradicionais, age como um *deus ex machina* que fecunda a história”. Dessa forma, os dirigentes econômicos possuem também a grande responsabilidade de serem mediadores dos interesses corporativos com as demais instituições que integram o sistema econômico vigente: o Estado, o mercado financeiro, os partidos/candidatos políticos, os sindicatos trabalhistas entre outros. O executivo é de fato um líder não somente dentro da corporação que integra, mas também perante as demais instituições, uma vez que representa os interesses econômicos empresariais e possibilita as propícias condições de realização do lucro. Entretanto, como dito anteriormente, há de se compreender que o capital e não o capitalista definem todo o sistema econômico vigente.

É certo que os executivos também são, em boa parte, acionistas da própria corporação em que trabalham, mas não possuem o quantitativo de ações necessárias para comandar mudanças estruturais sem a anuência dos acionistas majoritários. Em que pese os executivos não possuírem a autonomia necessária para exercerem o controle absoluto das corporações são compelidos pelo quantitativo de ações que possuem a também se coadunarem com os interesses dos “proprietários” da empresa (CARDOSO, 2020). Logo, temos uma definição clara

entre propriedade e controle corporativo. Os acionistas majoritários, reais proprietários, exercem o “controle a distância”, e o executivo contemporâneo “move” a corporação de acordo com esses desígnios.

Faz-se mister apontar a correspondência aqui existente entre os protagonistas corporativos e os estamentos sociais vigentes. As sociedades capitalistas se mantêm por meio da apropriação privada dos meios de produção e da exploração do trabalho dos que não detêm capital. Ou seja, a relatada experiência interna de controle corporativo se assemelha às relações de superposição e dominação de uma classe sobre outra. Nas palavras de Fernando Henrique Cardoso (2020, p. 54):

Enquanto houver capital que se valoriza (que se expande), haverá necessariamente proprietários dos meios de produção, e assalariados, pois que a valorização do capital equivale à continuidade do processo de apropriação por uma camada social do trabalho realizada por outra.

Entretanto, como explicitado anteriormente, o capitalista é produto do tempo em que vive ao mesmo tempo em que propaga os ideais a que se encontra submetido. A concorrência entre corporações é característica fundamental do capitalismo e a grande mudança contemporânea se deu na condição da produção do lucro. Práticas diversas foram adotadas para seleção das elites que ocupam as vagas de direção, bem como novas técnicas para “adestramento” corporativo são implementadas todos os dias. O empreendedor moderno tem de inovar constantemente para se manter à frente dos concorrentes a fim de inovar para realizar lucros nas condições exigidas pelo mercado e pela sociedade. Nesses termos, os executivos, nas economias subdesenvolvidas se tornam também uma categoria social (CARDOSO, 2020).

Todavia, embora se note certa peculiaridade dos executivos brasileiros como categoria social, há de se reafirmar a necessária superação do nacionalismo metodológico quanto a análise do objeto desse estudo. Como observado até aqui, as características comportamentais dos executivos e a referida gestão empresarial propagada pela cultura do capitalismo possui como finalidade a obtenção máxima de lucro e a superação econômica dos rivais corporativos e suas práticas de alta eficiência acabam por uniformizar as gestões empresariais e os comportamentos executivos (LÓPEZ-RUIZ, 2003). O que pode ser compreendido como característica

única do executivo brasileiro é apenas a sua formação histórica, mas não mais o seu comportamento presente.

Logo, a cadeia de informações e educação corporativa acaba por homogeneizar as características dos executivos em todo mundo. Existe uma “totalidade singular”, como veremos também no próximo capítulo dedicado a pesquisa empírica, os próprios executivos nacionais que trabalham nas empresas multinacionais recebem orientação e supervisão das sedes no exterior implicando na globalização dos aspectos de gestão. É uma espécie de novo calvinismo que coage todos os executivos, inclusive os que não trabalham em corporações multinacionais, a se modernizarem constantemente para não serem predados pela concorrência, bem como os impelem a constante busca pela maximização dos lucros. Nas palavras de Fabrício Maciel:

Um ponto em comum nas análises de Fromm e Dejours é perceber o mundo corporativo como um sistema central na construção da patologia da normalidade. Dentro deste, para ambos os autores, os executivos exercem um papel decisivo, ou seja, na linguagem de Pierre Bourdieu, seriam ao mesmo tempo estruturas estruturantes e estruturadas na reprodução da cultura capitalista (MACIEL, 2022, p. 19-20).

Como já observado no segundo capítulo, o marco inicial da revolução capitalista brasileira foi a implementação da indústria na Revolução de 30 (oportunizada em virtude do acúmulo de capital do ciclo econômico cafeeiro ao final do século XIX). Em regra, a experiência empreendedora primordial do Brasil foi implantada por meio da gestão familiar, nos mesmos moldes observados na estrutura agromercantil. A delegação de qualquer cargo de liderança empresarial para terceiros era vista como inabilidade e fraqueza (CARDOSO, 2020). Dessa forma, se compreende bem que a mudança do éthos dessa elite dissidente do negócio agromercantil para o éthos do empreendedor capitalista industrial se deu de forma lenta e gradual.

A autoridade do executivo industrial primordial era similar a encontrada na estrutura agromercantil, uma vez que se fundamentava, principalmente, no controle da propriedade. Somente os seus familiares podiam compor os cargos de direção ou liderança dentro da estrutura corporativa, terceiros apenas como trabalhadores de “chão de fábrica”. Como consequência dessa gestão empresarial primitiva, se observava certa idolatria pelo fundador do empreendimento, bem como se

acreditava que o sucesso da fábrica dependia do quão arraigado estivesse o espírito familiar também nos empregados, conforme entendimento de Fernando Henrique Cardoso (2020). Por óbvio que esse padrão de gestão administrativa se comprovou altamente negativo para a evolução do próprio empreendimento, uma vez que algumas decisões administrativas do gestor “*deus ex-machina*” eram egóicas e não se coadunavam com as melhores práticas de eficiência corporativa.

A concorrência e conseqüente competição capitalista, mesmo que embrionária na época do empreendimento industrial primário, já existia e a modernização administrativa começava a afetar as práticas organizacionais tradicionais em virtude da busca por maior eficiência. Entretanto, apenas os empresários industriais com “certo nível intelectual” realizaram o movimento de reestruturação administrativa necessária a abertura ao mercado para obtenção de capitais externos ou mesmo a realização de alianças com outros grupos empresariais (CARDOSO, 2020). Aqui se identifica bem a correlação existente entre o sucesso empresarial com o nível de instrução do gestor e a modernização administrativa.

Fernando Henrique Cardoso (2020) aponta que nesse momento histórico (anos 1950) os industriais do nordeste, principalmente os de Pernambuco e da Bahia, não aprovavam o “tecnicismo” da Sudene, por se sentirem “constrangidos a se justificar” ao corpo técnico do órgão de fomento. Casos semelhantes de resistência à modernização das práticas de gestão se davam também em todo o país, mas eram mais equilibrados nos industriais de Santa Catarina (especificamente em Blumenau) e Minas Gerais, uma vez que descendiam das antigas camadas dominantes do agronegócio, mas possuíam certo nível de instrução pela pregressa formação como profissionais liberais. Já em São Paulo a frequência dos diretores industriais com nível superior de instrução se dava de forma relativamente alta em comparação com os demais casos analisados pelo citado sociólogo.

Ainda, segundo Fernando Henrique Cardoso (2020), a grande adesão dos diretores industriais paulistas às modernas práticas de gestão empresarial se deu em virtude do *éthos* familiar distinto desses, uma vez que eram descendentes de imigrantes e não das famílias tradicionais do negócio agromercantil. A cultura tradicional brasileira não era um obstáculo a ser transposto pelos industriais

paulistas e dessa forma possuíam maleabilidade quanto a absorção das novas práticas, inclusive com relação a contratação de profissionais técnicos para cargos de direção, ainda que não pertencessem ao seu círculo familiar.

A relatada reformulação do quadro de dirigentes industriais, com o emprego de executivos técnicos não familiares, foi impulsionada pelos seguintes fatores: o primeiro foi a sofisticação das operações econômico-financeiras exigidas para que uma empresa pudesse se tornar uma sociedade anônima de alto nível tecnológico (a necessidade de um quadro técnico hábil a realizar tais operações complexas se dava também em razão das já relatadas alianças entre grupos capitalistas que buscavam obter o monopólio comercial). O segundo fator foi o aumento das empresas multinacionais atuando no Brasil, uma vez que elevaram o nível de competitividade ao se instalarem com inovadores projetos de gestão de maior eficiência (CARDOSO, 2020). Vale ressaltar que as multinacionais não enviavam estrangeiros para os quadros de liderança corporativa, a matriz contratava empregados brasileiros categorizados e técnicos, diferente do perfil familiar das indústrias tradicionais.

A decadência da indústria familiar começava a se apresentar de forma irreduzível, não somente pela competição predatória entre rivais, mas também pela imprevisibilidade do mercado econômico brasileiro que se mostrava instável e requeria adaptações empresariais rápidas demais para quem não possuía um quadro de empregados capaz de prover informações técnicas qualificadas. As empresas familiares, em geral, executavam manobras sem o menor embasamento técnico, o que refletia em amargos prejuízos e enfraquecimento perante as corporações melhor adaptadas.

Em contraponto, as indústrias brasileiras, que se mantiveram fortes perante a concorrência, desenvolveram mecanismos requintados de domínio do mercado, inclusive por meio do aparelhamento do Estado. A manipulação política surtiu efeito positivo em diversas necessidades empresariais desde a permissão para importação de equipamentos e materiais à taxa “livre” de câmbio facilitada pela Instrução nº. 113 da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) expedida em 1955, bem como o fornecimento de linhas de crédito com longos prazos para pagamento junto ao Banco do Brasil e ao BNDES (CARDOSO, 2020). Além dos citados favores estatais formais, essas indústrias multiplicavam seu capital por meio de inúmeras

fraudes fiscais e contrabando de importações “negligenciadas” pela Administração Pública.

Entretanto, as referidas manobras empresariais também geraram revezes, uma vez que as indústrias brasileiras não conseguiam abrir o capital ao mercado especulativo em virtude dos possíveis prejuízos causados pela reavaliação do capital que não coincidiria com o patrimônio declarado pela empresa. Ou seja, a legislação fiscal brasileira cobraria impostos sobre lucros extraordinários entre a diferença do capital histórico e o real, pois o aumento efetivo do patrimônio empresarial realizava-se através do reinvestimento de lucros não declarados, nos mesmos termos de Fernando Henrique Cardoso (2020).

Logo, a reavaliação de capital apontaria as diversas fraudes contábeis realizadas no que tange os lucros reinvestidos e não declarados. Nesses termos, criou-se uma multiplicidade tecnológica na qual existiam de forma concomitante corporações em diferentes escalas, grau de organização, base técnica e capacidade produtiva. Em algumas situações se verificou indústrias com produção unitária, mas com grande lucro. Todavia, esse é o oposto do sentido esperado quanto a produção diversificada e em larga escala observada nas economias capitalistas desenvolvidas.

Esses tipos de manobra de mercado caracterizam bem o que Fernando Henrique Cardoso (2020) definiu como atitudes dos “capitães de indústria”, que por sua vez são os já referidos executivos industriais que ainda permaneciam na disputa comercial em virtude da exclusividade que detinham em alguns setores como o de matéria-prima. Como já esclarecido, a característica fundamental dos “capitães de indústria” é a obtenção de facilidades oficiais, uma vez que compreendem que o Estado deve ser patrimonialista e as ações governamentais devem ser direcionadas sempre em favor da iniciativa privada em detrimento de qualquer outra parte integrante da sociedade.

Vale ressaltar que não somente os “capitães de indústria” utilizaram desse expediente de aparelhamento do Estado, tendo em vista que as corporações multinacionais contratam para os cargos de direção parentes ou indicados políticos que possuam trânsito na Administração Pública (CARDOSO, 2020). Além disso, não nos furta a percepção de que os grupos econômicos estrangeiros possuem mais experiência e maiores recursos para obterem favores estatais.

Em oposição aos “capitães de indústria” está a classe dos executivos industriais designada por “homens de empresa” (CARDOSO, 2020). Esses não possuem orientação nos valores da produção industrial tradicional, uma vez que desejam introduzir novas tecnologias, bem como modificações estruturais que ampliem a eficiência corporativa e aumentem as chances de sucesso em detrimento da concorrência internacional. Esses não possuem a obsessão pelo lucro imediato, bem como não temem o endividamento se tiverem convicção de grandes resultados financeiros. São profissionais de alta performance que visam o procedimento metódico da produção, a implementação constante de novas técnicas, almejam lucros sólidos e constantes, bem como acreditam no espírito de concorrência para que aja avanços da indústria. Um novo éthos executivo que tende a promover a concorrência leal, ser liberto dos favores estatais e manipulações do mercado.

No plano da fábrica são movidos pelo desejo de construir uma indústria verdadeira; no plano da visão geral que têm do mundo, desejam construir o capitalismo no Brasil (...). Compreendem a nova situação e tentam enfrentá-la, preparando-se técnica, administrativamente e financeiramente para a competição, exprimem a consciência possível das novas condições do mercado e têm chances de êxito do ponto de vista dos requisitos da mentalidade empresarial, necessários para tentar o empreendimento (CARDOSO, 2020. p. 180-181).

Os industriais tradicionais “capitães de indústria” tendem a influir sobre a Administração Pública por meio de subornos, contato pessoal, amizade, subserviência (dependendo da autoridade requisitada) ou elegendo os seus políticos a fim de aprovar medidas que beneficiem apenas a sua indústria. Todavia, para o executivo do tipo “homem de negócio” interessa a imposição da sua visão empresarial por meio da consolidação da cultura corporativa que beneficie não apenas a sua empresa, mas toda a classe industrial. Interessa a difusão da sua ideologia por meio da comunicação em massa, das campanhas publicitárias, de todos os meios que o permitam convencer a sociedade das vantagens do capitalismo, que torne os indivíduos defensores das organizações privadas e da democracia (CARDOSO, 2020). É um esforço de subversão de toda a sociedade aos desígnios capitalista e não apenas a submissão de alguns setores da administração pública por meio do suborno.

Entretanto, ainda que os executivos do tipo “homem de negócio” possuam convicções quanto a sua visão de mercado e sociedade que gostariam de pertencer,

se mantem em posição de embate com relação a outras forças políticas que deveriam se aliar. Nesse sentido, se atemorizam quanto a possíveis transformações radicais e, como visto no segundo capítulo desse estudo, invariavelmente apoiam setores que objetivamente não se coadunam com os seus interesses de classe.

Em que pese o executivo do tipo “homem de negócio” pregar a livre concorrência, o desenvolvimento econômico brasileiro é historicamente perpassado pela interferência estrangeira e achacamento do mercado interno. A abertura comercial para investimentos estrangeiros, tendo em vista a realização de consórcios internacionais, nada mais é do que uma primeira etapa para sucateamento do projeto de desenvolvimento da indústria nacional, uma vez que a segunda etapa é a desintegração da indústria brasileira para incremento do monopólio estrangeiro.

Não obstante, o executivo industrial deve retomar o seu interesse de classe no sentido de participar ativamente na construção de um nacionalismo econômico (que difere do nacionalismo político, como vimos no segundo capítulo), despertando para a coalizão com a classe trabalhadora e auxiliando na condução do Brasil para além do projeto de capitalismo dependente que se encontra inserido. Como já elucidado anteriormente, a classe dos industriais se mantém em posição passiva quanto a supracitada coalizão social em razão do temor da ação das massas por intermédio de sindicatos, federações e partidos políticos mais radicais. No entanto, não percebe que a democracia se encontra consolidada e não há hipótese de uma “revolução” que o destitua da posição de elite social, não há na História do Brasil qualquer formação de um proletariado revolucionário massivo. Dessa forma, o executivo ao não se apoderar da posição política que deveria desempenhar se encolhe em um imobilismo entreguista ao interesse estrangeiro.

As empresas multinacionais possuem como objetivo a construção de um mercado em escala global e assim transpor as barreiras comerciais das economias nacionais, conforme descrição contida nos dois capítulos anteriores. Em virtude do acanhamento do espírito empreendedor da classe nacional dos executivos, quanto a implementação de uma industrial própria, as corporações multinacionais ganham força e acabam por promover os seus valores em prejuízo do desenvolvimento brasileiro.

Nesses termos, o executivo que possuía um perfil empreendedor de construção do próprio negócio gradualmente se transmuta no executivo profissional do tipo “capitalista em relação de dependência” (LÓPEZ-RUIZ, 2004, p. 22). Se trata de um perfil próspero e cosmopolita que apesar de aparentar pertencer as “altas rodas” da elite do poder (MILLS, 1975), é parte da classe trabalhadora (mesmo possuindo alta renda e um estilo de vida semelhante às elites das altas rodas). Por estar em um patamar social que possui poder aquisitivo maior que os demais trabalhadores de menor renda, tem acesso a bens de consumo que conferem certo *status* social. Os executivos corporativos são profissionais dedicados com formação educacional de excelência que presam pelo constante aperfeiçoamento técnico.

Divergem do perfil do executivo “homem de negócio”, mas nem por isso são profissionais sem maiores ambições. Ocorre que esses trabalhadores possuem uma maior preocupação quanto as oscilações do mercado e buscam segurança por meio da estabilidade de um emprego, uma vez que querem assegurar o poder aquisitivo já adquirido e aspiram a ascensão social por meio de um projeto de vida gradativamente construído (LÓPEZ-RUIZ, 2004). O maior receio é a descensão social e a perda do *status* conquistado.

O temor quanto a perda do *status* social que adquiriram se reflete inclusive pela forma como se autodenominam. Os executivos “em relação de dependência” não apreciam o termo “trabalhador”, se apresentam como associado, colaborador, gestor, homem/mulher de negócio, líder e até mesmo termos cunhados em outros idiomas como “*stakeholder*” (LÓPEZ-RUIZ, 2004). Entretanto, por mais que se assemelhem às elites das “altas rodas”, faticamente são detentores de espécie de capital diverso e conceituação também singular.

Enquanto os novos capitalistas proprietários são acionistas majoritários e detêm o controle supremo da corporação, os executivos em comento apenas possuem participação nos resultados econômicos da empresa. O poder que esses executivos detêm são os concernentes à liderança corporativa, uma vez que se preocupam com os balanços anuais, aumento das margens de lucro, organização e planejamento operacional... A diferença é melhor expressa quando se compreende que o capitalista proprietário é detentor do capital econômico-financeiro, enquanto o executivo dispõe do capital técnico (LÓPEZ-RUIZ, 2004). Logo, o único mercado

capaz de absorver o capital técnico é o mercado de trabalho, enquanto o capital econômico-financeiro aponta por diversas alternativas de investimento.

Por meio do capital técnico os executivos das multinacionais agregam valor a corporação de modo que as habilidades e competências adquiridas são incorporadas à atividade empresarial. Todavia, o capital técnico possui característica única com relação ao seu uso, tendo em vista que necessita de investimentos adicionais e contínuos aprimoramentos como especializações, congressos e treinamentos para que não deprecie. A relevância desse constante aprimoramento técnico também se dá pela razão do alto índice de rotatividade de executivos em uma corporação (LÓPEZ-RUIZ, 2004). Quanto mais impressionante o currículo do executivo maiores as chances de recolocação no mercado.

Em que pese o desejo da estabilidade profissional, os executivos parecem esperar com certa normalidade o momento do rodízio corporativo. Desenvolvem um currículo excepcional que os permita a se manter no mercado na qualidade de um ativo importante a ser captado por outra corporação, estão preparados para o momento de desalinhamento dos interesses com a corporação empregadora e sem maiores problemas buscam novas oportunidades de recolocação (LÓPEZ-RUIZ, 2004). A palavra-chave é investimento. Investimento em cursos de idiomas, especializações, *network*, práticas esportivas, roupas, viagens e até mesmo filiação à clubes sociais. Todas essas práticas são percebidas como investimento. Quanto vale para o mercado essas particularidades? A resposta que se enxerga é a empregabilidade.

Assim como relatado no capítulo primeiro desse estudo, especificamente no que tange a obra *A Corrosão do Caráter* de Richard Sennett (2016), o trabalho não é compreendido à título de uma vocação como um artesão o entende. O trabalho passa a ser uma espécie de ferramenta útil para atingimento do sucesso e o meio hábil para aprimoramento dessa ferramenta é o investimento na carreira. Essa mudança de valores experimentada pelos executivos é fruto da cultura capitalista propagada pelas corporações multinacionais (SENNETT, 2011). Wright Mills (1976), na obra *A Nova Classe Média*, já dissertava acerca do declínio da mentalidade do pequeno empresário e da ascensão de uma nova classe média inspirada no liberalismo cujo lema era o desenvolvimento pessoal e a livre competição como meios para o sucesso, os “colarinhos brancos”.

Os executivos de “colarinho branco” são marcadamente parte histórica da classe média em processo de transição não somente em relação ao tipo de trabalho que executam, mas também em relação a conexão com o patrimônio empresarial. Como dito anteriormente, a classe dos executivos industriais era proprietária dos bens utilizados no manufaturamento dos produtos, enquanto os novos executivos que surgem nos anos de 1950 nos EUA não possuem propriedade material, mas somente a propriedade técnica-intelectual (MILLS, 1976).

Os executivos do tipo capitalista em dependência não perdem a capacidade empreendedora, entretanto a reverterem para construção própria e não de uma empresa. Fazem da carreira o objeto dos seus esforços e com isso tornam-se a força motora do capitalismo ao mercantilizarem a si mesmos. Esse dever de autoaprimoramento faz parte de uma mentalidade econômica neoliberal e aponta para o contemporâneo *éthos* dos executivos. Ocorre que apesar de adquirirem alta renda pela comercialização das suas habilidades, dificilmente conseguem acumular o suficiente para se tornarem capitalistas do tipo “homem de negócio” ou “acionista majoritário”, participando da esfera de poder de forma marginal.

O retorno econômico-financeiro obtido pela corporação é resultado do empreendimento bem sucedido diante da incerteza do resultado futuro (LÓPEZ-RUIZ, 2004). Entretanto, a entrega dos executivos é entendida como de menor valor perante o investimento dos capitalistas proprietários. Tal assertiva é observada em virtude do lucro obtido como resultado do empreendimento corporativo ser revertido em menor parte para os executivos e em maior parte para os capitalistas proprietários, uma vez que esse resultado obtido é estruturalmente compreendido como maior esforço do investidor que optou pelo risco do negócio.

Os executivos corporativos são empregados especiais que se concentram nas atividades de liderança empresarial, desempenhando funções técnicas relativas a própria formação acadêmica e em outro momento funções de gestão administrativa, estão mais atrelados ao produto da empresa (LÓPEZ-RUIZ, 2004). O exercício da função técnica e de gestão desconcentrada explica a liberdade que os capitalistas proprietários possuem para exercer o controle finalístico do negócio ao comporem um conselho administrativo no qual os executivos tem de se reportar. Cabe ao capitalista proprietário a função de fornecer o crédito e assumir os riscos envolvidos no negócio e aos executivos liderar a corporação ao sucesso.

Vale ressaltar ainda que os executivos em relação de dependência são jovens que em sua maioria terminaram o ciclo universitário já planejando seguir carreira em uma empresa, como sustentado anteriormente, não possuíam o impulso de serem proprietários da sua própria companhia, mas trabalhar em uma empresa que inspirasse valores e objetivos (LÓPEZ-RUIZ, 2004). Adeptos dos signos da Nova Cultura do Capitalismo (SENNETT, 2011), aceitam o *status quo* e nenhuma causa inerente ao estamento a que pertencem parece se apoderar desses.

Evitam discussões perigosas dentro da empresa que possam refletir negativamente na sua imagem, bem como em sua maioria silenciam mediante a assuntos como política, religião ou que estimulem a heresia corporativa. Não contrastam ao sistema vigente preferindo auxiliar na sua manutenção e partem da premissa que os objetivos individuais se coadunam aos da corporação. Querem ter segurança quanto a altos rendimentos, mas não pretendem ser milionários. Trabalham arduamente quando empregados, entretanto, não querem um trabalhar duro demais. Nas palavras de Osvaldo López-Ruiz (2004, p. 137), “uma vida boa e uniforme”, que reflita “uma ambição passiva”.

No entanto, esse tipo de comportamento social apenas dissimula a já arraigada dominação do espírito executivo para benefício corporativo e aumento da produtividade, uma vez que até as atividades de lazer não são tidas como momentos de prazer, mas apenas uma forma de recuperar as energias antes do retorno ao trabalho (LÓPEZ-RUIZ, 2004). Isso quando as atividades extra trabalho não são também escolhidas em função do aperfeiçoamento técnico, como a leitura de bibliografias de negócios ou reuniões sociais para promoção de *network*. O executivo corporativo parece viver uma realidade alternativa aos demais indivíduos em sociedade na qual o preço que paga para se encontrar em alta performance é existir em função quase exclusiva do trabalho. A consequência fatalista é a *neurose* (FROMM, 1979). Em estudo recente, Fabrício Maciel aponta pela degradação da saúde mental dos executivos que tentam esconder essa enfermidade que padecem em virtude da aparência de força que têm de sustentar para manter a respeitabilidade perante aos seus subordinados:

Uma matéria de 17 de julho de 2011, intitulada “Profissional esconde dependência”, da Folha de São Paulo, fez interessantes apontamentos nesta direção. Segundo a matéria, altos executivos sob pressão muitas vezes se negam a procurar ajuda médica ou psicológica para não afetar sua

imagem de super-homens e super-heróis e para não se demonstrar como pessoas frágeis que não aguentam pressão. Além disso, a matéria mostra a imagem do executivo como indivíduo solitário em um ambiente altamente competitivo, no qual não se pode demonstrar fraqueza. Uma das pesquisas que embasa a matéria constatou que os executivos só falam sobre uso de remédios quando em entrevistas pessoais são abordados com temas como insônia, ansiedade e depressão (MACIEL, 2022, p. 20).

A neurose dos executivos corporativos é reflexo não somente da pressão quanto ao atingimento de metas e ao desenvolvimento das atividades profissionais em alto nível de performance, mas também do padrão de comportamento social que lhes é exigido. Não importa o que aconteça na sua vida privada, nada pode afetar o seu “bom” comportamento nas dependências da empresa, nem mesmo a sua vida privada deixa de ser avaliada pela corporação (LÓPEZ-RUIZ, 2004). Qualquer desvio do padrão esperado pela corporação é inaceitável. O indivíduo não pode expressar os seus reais pensamentos e emoções devendo manter uma postura de “fachada” a fim de ser definido como trabalhador confiável. Entretanto, o executivo que consegue suportar o empreendimento corporativo passa a ser modelo para difusão de exemplo a ser seguido dentro da empresa. Na constância do rodízio de executivos corporativos nos cargos de liderança, aquele que consegue se manter por longo período nessas circunstâncias passa a ser “merecedor” da posição que possui.

O burocrata consegue um emprego de futuro e escala uma hierarquia previamente organizada. O novo empresário sobe num caminho em ziguezague dentro e entre burocracias estabelecidas. Ao contrário do tipo clássico do pequeno homem de negócios, agindo num mundo que se abria como ostras sob um jato de vapor, o novo empresário age num mundo em que toda as pérolas já foram retiradas e cuidadosamente guardadas. O único meio que lhe resta para afirmar seu espírito de iniciativa é servir aos poderes existentes, na esperança de obter seu quinhão de êxito. Serve-os dando um jeito nas coisas entre uma grande empresa e outra, e entre as empresas em geral e o público (MILLS, 1976, p. 114-115).

O executivo contemporâneo compreende a propriedade fundamental de toda a venda, a demanda. O mercado corporativo é cada vez mais exigente com a *performance*, uma vez que a competição empresarial e a predação do menos eficiente se tornaram prática usual. Nesse sentido, a corporação que possuir o executivo mais habilidoso e eficaz adquire vantagem contra a concorrência. Logo, o executivo entendeu que fatalisticamente vende a si mesmo. Compreendeu que a

sua personalidade, o seu caráter e habilidades agora fazem parte dos meios de produção. O executivo corporativo se tornou de fato um produto.

Nesses termos, o executivo corporativo é obrigado a exteriorizar características íntimas e traços da sua personalidade a fim de promover-se na competição pelas melhores vagas, bem como almeja se tornar um produto atraente para que seja adquirido e possa transferir a sua *persona* para o empreendimento corporativo (LÓPEZ-RUIZ, 2004). O executivo em dependência transfere a si mesmo para uso empresarial e se torna uma espécie de ferramenta orgânica dos meios de produção.

Esse comportamento de contentamento com o sucesso exterior, em detrimento dos valores interiores, experimentado pelos executivos e propagado pela nova cultura capitalista, é conceito já determinado nas “literaturas de resignação”, conforme aponta Osvaldo López-Ruiz (2004). A questão que se verifica nesses estudos é a de que o executivo vitorioso termina arrasado internamente e forma uma consciência anestesiada para ser um empregado de excelência. Se entregam totalmente nos dias úteis e tentam se recompor aos finais de semana.

O que lastreia o entendimento do executivo contemporâneo do tipo “produto-pessoa”, além das pesquisas empíricas, são as teorias econômicas laureadas com o Nobel de Economia, a título de exemplo o modelo clássico de crescimento de Solow (LÓPEZ-RUIZ, 2004, p.195), no qual sugere a substitutibilidade do capital-financeiro pelo capital-trabalho. A relevância do estudo de Solow se deu em virtude da grande contribuição para o novo entendimento acerca do crescimento econômico. Nesses termos, será considerado investimento humano todo capital revertido nos empregados a fim de aumentar a eficiência produtiva, seja através da remuneração, treinamento ou mesmo programas de saúde ocupacional.

Resumindo, então se antigamente era o empreendedor quem devia procurar o capitalista, hoje é o capital que procura o empreendedor. Os valores schumpeterianos são promovidos, assim, por todos os meios disponíveis e procuram atingir o maior público possível. Nesse sentido, um exemplo muito concreto vem de uma ONG como a Endeavor. Como vimos, ela tem como objetivo “gerar emprego e renda através do empreendedorismo de inovação e oportunidade” – não o empreendedorismo baseado na necessidade, como é deixado bem claro nas suas apresentações. (LÓPEZ-RUIZ, 2004, p. 281).

Todavia, na qualidade de “produto-pessoa” o capital investido também se deprecia e torna-se obsoleto. Ou seja, o produto-pessoa exige manutenção constante, uma vez que ocioso (caso de desemprego, por exemplo) perde o valor agregado em razão da desatualização das capacidades técnicas que o trabalho requer (LÓPEZ-RUIZ, 2004). Uma forma de descapitalização do “produto-pessoa” por falta de novos investimentos. Por essa razão, novos investimentos devem ser feitos de forma regular a fim de que o capital humano se mantenha atualizado.

De acordo com os teóricos do capital humano, aqueles que podem patrocinar o investimento no produto-pessoa são: a sociedade como esforço comum dos indivíduos, através da educação pública ou mesmo programas de saúde de gestão governamental; empresas privadas, principalmente por meio de programas de treinamento no trabalho ou em plataformas externas e, principalmente, o próprio indivíduo, uma vez que o executivo é o principal investidor de si por despender tempo e recurso para autoaprimoramento. No entanto, Osvaldo López-Ruiz (2004) aponta que pode ser danoso para os interesses sociais ter a política pública voltada predominantemente para o investimento em formação de executivos, tendo em vista que acabaria por privilegiar quem já é detentor das benesses de classe.

Logo, como o executivo produto-pessoa é o principal investidor de si mesmo é necessário decidir se o recurso que possui disponível será investido na sua formação ou se irá ser implementado no aumento do capital de consumo, tendo em vista que o *status* social também é elemento indispensável ao reconhecimento recíproco entre indivíduos dos mesmos grupos sociais. Dessa forma, o executivo pode investir em uma pós-graduação ou em uma filiação no novo clube do uísque da cidade. O investimento em *network* não necessariamente terá um efeito menos positivo do que o investimento em formação, uma vez que o investimento no *marketing* próprio poderá propiciar um emprego melhor.

Nesses termos, ratifica-se que o executivo do tipo “produto-pessoa” pode ser considerado capital e não mais recurso, é um ativo que pode ser desenvolvido, medido e valorizado como qualquer outro ativo da empresa. Assim, o indivíduo deixa de ser a medida de todas as coisas para ser medido e valorizado como qualquer outra ferramenta da corporação. De forma paradoxal em que o executivo se esmera para ser um produto de sucesso lhe é imposto como dever o compartilhamento do seu capital com os demais colegas de trabalho a fim de fortalecer a corporação.

Logo, o interesse corporativo está acima de tudo e todos, inclusive do seu ativo mais importante: os executivos.

CAPÍTULO 4 – METODOLOGIA, ANÁLISE DAS ENTREVISTAS E COMENTÁRIOS SOBRE OS RESULTADOS

o indivíduo não é redutível a seu protestantismo, ao seu pertencimento de classe, a seu nível cultural ou a seu sexo. É definido pelo conjunto de suas relações, compromissos, pertencimentos e propriedades, passados e presentes. Nele sintetizam-se ou se combatem, combinam-se ou se contradizem, articulam-se harmonicamente ou coexistem de forma mais ou menos pacífica, elementos e dimensões de sua cultura (no sentido amplo do termo), que, em geral, são estudados separadamente pelos pesquisadores na área das ciências sociais. (LAHIRE, 2004, p. 16).

A escolha da metodologia aplicada se deu pela melhor adequação ao desenho do estudo, uma vez que o objeto da pesquisa é o aprofundamento do conhecimento acerca das características próprias da elite corporativa no recorte do município de Macaé-RJ. Assim, a “história de vida” dos indivíduos entrevistados possui o intuito de expor a subjetividade que perpassa suas memórias e posicionamentos pessoais.

Através das respostas obtidas, se intencionou a compreensão da subjetividade inerente aos diretores e executivos que pudesse corroborar com o entendimento dos ideais propagados pelo novo espírito do capitalismo (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2020) na qualidade de veículo requerido para a ascensão ao “sucesso” (MILLS, 1976).

As entrevistas adiante apresentadas foram implementadas pelo sistema investigativo proposto na obra “Retratos Sociológicos”, de Bernard Lahire (2004). Frise-se que o retrato sociológico, enquanto metodologia, se importa com a compreensão profunda do indivíduo e possíveis desdobramentos reflexos à sociedade. O objetivo aqui perseguido é a descoberta do éthos dos indivíduos pesquisados e possíveis confirmações quanto aos apontamentos teóricos feitos sobre os reflexos do novo capitalismo na sociedade.

Para tal intento, como ratifica Lahire (2004), o estudo observou os hábitos dos entrevistados pelo prisma da repetição comportamental, ou seja, a observação de um padrão na recorrência das respostas que, por sua vez, possam implicar no entendimento às formas sedimentadas e duradouras de uma conduta coletiva que reflita um fenômeno social. Desta forma, mesmo que cada indivíduo possua uma trajetória única e características peculiares, certos atributos acabam por se destacar quando analisados em grupo.

Para a implementação da pesquisa já se aguardava grande dificuldade quanto ao acesso aos entrevistados e disponibilidade dos mesmos para que respondessem aos questionamentos necessários. Entretanto, nenhuma das dificuldades previstas alcançariam fator externo incontornável que emergiu ao longo do desenvolvimento do estudo, a pandemia causada pela COVID-19.

Logo, as entrevistas presenciais se tornaram hipótese inviável para o prosseguimento da pesquisa, o que impactou na condução do experimento de diversas formas, mas, principalmente, com relação a criação do sentimento de segurança nos entrevistados. A referida pandemia também atingiu o cronograma de execução da pesquisa no que tange a necessária repetição das entrevistas, o que pode ou não ter afetado os resultados apresentados no sentido da obtenção de possíveis variações nas respostas, nos termos recomendados por Lahire (2004).

Outra circunstância observada que afetou a obtenção de dados foi a discricção dos informantes e/ou a insegurança quanto as possíveis implicações da publicização da presente investigação em suas vidas, mesmo alertados quanto ao sigilo das suas identidades na pesquisa. Tal resistência pode ser explicada pelas severas consequências negativas decorrentes do rompimento da confiança mútua estabelecida entre os indivíduos de determinado grupo social, uma vez que o reconhecimento recíproco é elemento chave para o “sucesso” e a sua perda representa o fracasso pessoal (HONNETT, 2017). Essa questão é melhor exemplificada ao avançarmos para as respostas do indivíduo 09 que ao atinar para o padrão de questionamentos políticos se esquivou das demais perguntas por medo da exposição.

Com relação ao acesso aos entrevistados, um dos maiores desafios esperados para a implementação da pesquisa, cabe esclarecer que um dos atributos do entrevistador (ser advogado atuante na área do Direito Empresarial), foi essencial para o desenvolvimento do estudo, uma vez que parte dos entrevistados são clientes do escritório em que esse é sócio. Outra questão relevante para o acesso aos entrevistados foi a participação do entrevistador em atividades empresariais de fomento a negócios e “networking”. Tais atividades consistiram na integração, na qualidade de membro, de redes formais e informais de apoio ao empresariado: Rede Petro-BC, Associação Comercial e Industrial de Macaé-RJ, palestras e até mesmo eventos de confraternização.

Vale ressaltar que outros fatores como o estilo de vida e a formação escolar foram importantes para o acesso a alguns perfis. A título de exemplo, dois perfis analisados foram acessados devido a prática de esportes/atividades físicas (indivíduos 02 e 07) e outro perfil por ter cursado o ensino superior em conjunto com o entrevistador (indivíduo 05). Destaco ainda que a aproximação com um gestor de investimentos tornou possível a realização da entrevista com o indivíduo 04.

Por todas as questões acima descritas, que convergiram para o avanço da pesquisa, houve, por parte do entrevistador, preocupação científica com relação ao necessário afastamento psicológico por cautela metodológica, o que, de fato, aponta pela necessária observação dos conceitos de “obstáculos epistemológicos” (BACHELARD, 1996), bem como da “tensão epistemológica” em (MAX WEBER, 2006). Frise-se que as obras citadas foram essenciais na qualidade de parâmetros balizadores para o desenvolvimento dessa pesquisa.

Em que pese todos os reveses relatados, com vistas a alcançar o primeiro objetivo da pesquisa, a coleta de dados, foi elaborado um questionário dividido em blocos: primeira fase, questões iniciais (dados básicos como idade, gênero); segunda fase, perfil profissional e econômico (dados como profissão, investimentos, fonte de renda); terceira fase, sobre formação escolar (dados como escolaridade, domínio de idioma estrangeiro); quarta fase, sobre estilo de vida (dados como prática de atividades físicas, participação em clubes e associações, regularidade de viagens) e quinta fase, posicionamentos e opiniões (posicionamento político, opinião sobre reformas administrativas no poder público e opiniões sobre classes sociais). A aplicação do questionário foi online (envio de e-mail) com respostas hospedadas no *google* formulários.

O questionário foi elaborado em formato que possibilitasse aos entrevistados mais do que apenas expor a sua “história de vida” sob uma perspectiva inflexível, mas os deixassem suficientemente livres para respostas espontâneas que pudessem contribuir para o objetivo da pesquisa. Isto se deu pelo propósito de ser evitada a “grade de entrevista”, advertida por Lahire (2004), o que se mostrou um acerto, resultando em certa fluidez nas respostas e no surgimento de dados relevantes que captaram similaridades entre os informantes, como será visto adiante.

Critérios objetivos de inclusão do perfil na análise

O perfil objeto, delimitado para a pesquisa, é a dos ocupantes dos cargos de direção dentro da cadeia hierárquica de comando das corporações situadas no município de Macaé-RJ. Apenas os diretores e executivos encarregados das decisões empresariais e que lideravam equipes de empregados.

Critérios objetivos de exclusão do perfil na análise

Foram descartados os executivos e diretores das empresas que possuíam cargo de chefia, mas em que se constatou ausência de autonomia quanto às decisões corporativas, bem como os que não comandavam equipes de trabalhadores.

Aspectos éticos da pesquisa

Foi garantido o respeito à dignidade humana e a autonomia de pensamentos, além da observância quanto aos princípios da não maleficência, da justiça e da equidade. O sigilo e o anonimato foram preservados por meio do estabelecimento de código alfa numérico em substituição a identificação nominal do participante. Aos entrevistados foi garantido, em qualquer momento, permanecer ou não como voluntários na pesquisa.

ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

Indivíduo 01

“Não quero dizer que o esforço não leva ao sucesso e sim que devido à desigualdade social existente, pessoas de classes diferentes precisam de esforços igualmente distintos, para atingir um mesmo objetivo”.

O indivíduo 01, ora analisado, reflete o perfil clássico do executivo empresarial, uma vez que possui todos os requisitos de prestígio (MILLS, 1976) propagados pelo novo capitalismo. É gerente de projetos em uma corporação

multinacional prestadora de serviços de engenharia e construção, uma das maiores no seguimento da atividade de produção e exploração de petróleo no mundo. Entretanto, como visto na citação em destaque, o que chama a atenção nesse entrevistado são as opiniões de cunho político e posicionamentos quanto as questões de classe e reconhecimento corporativo, como passaremos a ver.

O entrevistado declarou ser branco; ter 32 anos; pertencer a classe média; ser natural do Estado de São Paulo; ter nascido em município do interior; informou que os pais possuem ensino superior completo; que tem apenas uma irmã; que estudou ao longo da vida em instituições de elite do setor privado; que é engenheiro mecânico; que estudou em curso de idiomas (fluente em dois idiomas estrangeiros e nível intermediário em um terceiro); declarou ter realizado intercâmbio na França por aproximadamente dois anos; afirmou ainda que é heterossexual e que se encontra noivo; atestou não possuir filhos.

Em que pese encontrar-se em um relacionamento afetivo sério, ter criado vínculos de amizade, morar há mais de dez anos na mesma cidade e ter adquirido um imóvel no município de Macaé-RJ, disse possuir flexibilidade para locomoção geográfica caso a empresa solicite. Destacou que a empresa em que trabalha, somente em Macaé-RJ, possui aproximadamente oitocentos empregados e que cento e vinte estão sob a sua supervisão.

Segundo as informações de renda, possui ganhos brutos mensais no importe aproximado de dezoito mil reais; disse ter recebido participação nos lucros no último ano; que possui ações do mercado financeiro, investimentos em fundos imobiliários e de renda fixa.

Além das características da formação pessoal supracitadas, o indivíduo possui hobbies e estilo de vida alinhados com o perfil propagado pelo reconhecimento corporativo contemporâneo, incorporando a visão da corporação em que trabalha também na vida pessoal. Este pratica esportes regularmente, seus “hobbies” favoritos são “trilha de moto” e “pescaria”; informou não usar drogas e beber só aos finais de semana; disse ser católico, inclusive descrevendo com profundidade a fé que professa; usa redes sociais; suas revistas favoritas são voltadas para gestão empresarial e também consome conteúdo sobre investimentos financeiros na internet; afirmou ainda que o maior problema da sociedade brasileira é a corrupção.

Na opinião do entrevistado, as empresas devem contribuir para o desenvolvimento econômico do país, declarando ainda que não faz parte de federação, sindicato ou partido político. Informou ser contrário às reformas trabalhista e previdenciária e, ainda, declarou ser a favor dos programas sociais desenvolvidos no Brasil, destacando que seu posicionamento político é “centro”.

Questionado acerca do papel das empresas na sociedade este respondeu que é “empregar pessoas, levando sustento para os familiares dos funcionários, além de eventuais ações solidárias que são realizadas por algumas empresas. Além disso, as empresas contribuem para o desenvolvimento econômico do país”.

Com relação ao tema central da pesquisa, vale frisar que o informante afirmou que prefere obter reconhecimento em detrimento do dinheiro, uma vez que dinheiro é consequência direta do reconhecimento. Declarou ainda que “dedicação” e “honestidade” são valores importantes para se “vencer na vida”, mesmo tendo afirmado que “devido à desigualdade social existente, pessoas de classes diferentes precisam de esforços igualmente distintos para atingir um mesmo objetivo”.

Indivíduo 02

“A escravidão é, principalmente, uma das causas da desigualdade social brasileira”.

É notório que o universo corporativo é dominado por perfis do gênero masculino, contudo, ao longo do estudo serão apresentadas três entrevistas com lideranças do gênero feminino, sendo esta uma delas. Apesar da quebra de paradigmas que pode representar esta presença feminina no alto escalão de uma das maiores corporações multinacionais do setor de produção de óleo e gás, o perfil apresentado possui grande similaridade com os demais casos analisados, senão vejamos.

A entrevistada declarou ter 29 anos, ser heterossexual e casada, possuindo ainda uma filha dessa relação. Afirmou pertencer a classe média alta e pertencer a uma família de prestígio do agronegócio regional. Coursou o ensino fundamental e o ensino médio em instituições de ensino privado, entretanto, cursou a graduação de engenharia de produção em uma Universidade pública. Disse ter realizado intercâmbio na Inglaterra, bem como no Canadá.

Informou que pratica atividade física regularmente; que costuma viajar semestralmente tanto a trabalho quanto a lazer; que seu hobby é ir à praia; que utiliza redes sociais (LinkedIn e Instagram); que seu jornal favorito é o BBC Brasil; que não participa de clube ou associação alguma; que também não faz parte de federação, partido político ou sindicato e que não professa religião.

No mesmo tom dos demais perfis declarou ainda que o maior problema da sociedade brasileira é a corrupção; que é a favor da operação lava jato; que o capital social é mais importante que o econômico e o cultural; que o papel das empresas é gerar emprego e renda... Todavia, a entrevistada guarda enorme singularidade pelo fato de ocupar, no Brasil, o cargo mais alto da cadeia de comando (Sennett, 2014) no setor de serviços de uma das maiores corporações multinacionais do setor de produção de petróleo.

Outro destaque desse perfil é possuir, por influência do negócio familiar uma empresa de laticínios em conjunto com um dos irmãos. Todos os perfis analisados possuem como fonte de renda principal os cargos que exercem em empresas, alguns têm como fonte de renda complementar investimentos em ações, fundos ou renda fixa, mas somente este perfil possui uma segunda atividade profissional paralela.

Vale ressaltar que a entrevistada se declarou, em termos raciais, parda. O que comprova ser um perfil de exceção na elite corporativa brasileira. A assertiva sobre raça implicou ainda em outra resposta incomum, uma vez que a entrevistada declarou que a causa da desigualdade social no Brasil foi, principalmente, a escravidão.

A entrevistada atestou não fazer uso de bebidas alcólicas ou qualquer outro psicoativo, fato afirmado por apenas outros dois perfis. Ainda, indagada sobre sua preferência entre obter reconhecimento ou dinheiro, esta declarou preferir dinheiro. Sobre o valor mais importante para “vencer na vida”, a entrevistada disse ser o “caráter”, entretanto, não acredita que qualquer pessoa que se esforce possa obter sucesso.

Indivíduo 03

“acredito que qualquer pessoa que se esforce pode obter o sucesso, ele é treinável”.

O presente perfil possui características que reafirmam os valores propostos pelo novo capitalismo e expõe, de forma contundente, os requisitos necessários ao reconhecimento mútuo da elite corporativa. Entretanto, como toda exceção confirma a regra, este também possui algumas singularidades interessantes ao estudo.

O entrevistado atestou ter 34 anos; ser heterossexual e estar namorando; não possuir filhos; pertencer a classe média alta; que seus pais são servidores públicos federais aposentados; que é evangélico não praticante e declarou ter um irmão. Estudou em instituições do setor privado, possuindo formação superior incompleta no curso de Direito.

Informou manter contato com amigos de infância e que tem parcerias profissionais com amigos de amigos. Declarou que seu posicionamento político é “centro”, que é a favor dos programas sociais no Brasil, que concorda “em partes” com a reforma trabalhista aprovada recentemente, mas não quis justificar o seu posicionamento. Disse ser a favor da reforma previdenciária recém aprovada.

Declarou praticar atividades físicas de forma regular (boxe e crossfit); que seu hobby é “vinho”; que usa redes sociais (LinkedIn e Instagram); que a sua revista favorita é a Forbes; que o seu jornal de predileção é o “CNN”; que o seu livro preferido é “Sonho Grande” e que não participa de clube, associação, federação, sindicato ou partido político.

Nesse momento se destaca a relevante questão metodológica da criação do ambiente seguro ao entrevistado, uma vez que serão expostos dados sigilosos que refletem o poder econômico de um diretor corporativo do setor petrolífero. O entrevistado declarou ser proprietário da empresa em que trabalha e que exerce a atividade de “gestão geral da empresa”. Informou possuir 10 anos de experiência no cargo de liderança (mesmo tempo de existência da empresa) e que emprega oitenta “colaboradores”. Atestou realizar retiradas mensais no importe de R\$ 40.000,00 (além de receber dividendos mensais de R\$ 200.000,00 a R\$ 300.000,00).

O informante protestou arguindo que as maiores dificuldades enfrentadas por um diretor/empresário é lidar com pessoas, bem como a taxação governamental sobre serviços e a “burocracia nos processos”. Indagado acerca dos valores mais importantes para se “vencer na vida”, esse informou serem “a ética, a moral, a

humildade e a perseverança”. Declarou que o reconhecimento é mais importante do que o dinheiro.

Questionado sobre o maior problema da sociedade brasileira respondeu que é “a falta de instrução” e complementando a assertiva, disse: acredito que qualquer pessoa que se esforce pode obter o sucesso, ele é treinável. Destacou que o papel das empresas na sociedade brasileira é serem “o alicerce, uma sociedade com poucos CNPJs conseqüentemente terá menos CTPSs assinadas”.

Indivíduo 04

“O maior desafio de um diretor é entender a carga tributária que nos é aplicada”.

Em relação aos demais perfis analisados este é o que possui o maior tempo em exercício no cargo de liderança, uma vez que informou ter mais de 35 anos de expertise na função. O entrevistado é diretor de empresa do seguimento de radiocomunicação offshore que atende toda a Bacia de Campos, possuindo contratos de prestação de serviço com quase a totalidade das empresas que operam na região. Frise-se que a empresa do entrevistado possui contratos de prestação de serviço tanto com o setor privado quanto com o setor público e ainda possui representação exclusiva de grande corporação multinacional do setor de radiocomunicação.

O entrevistado declarou ter 62 anos; ser heterossexual e casado; ter 3 filhos; ser católico praticante; ser graduado em administração de empresas e que não fala nenhum idioma estrangeiro ou fez intercâmbio. Atestou pertencer a classe média e que não é descendente de uma família de prestígio (informou ainda que o pai era agricultor e a mãe era “doméstica”), além de ter 09 irmãos (um já falecido). Disse que possui convívio com amigos de infância e que tem parcerias profissionais com amigos de amigos.

Indagado acerca da prática de atividades físicas com regularidade disse não realizar. Declarou não fazer uso de psicoativo, nem mesmo álcool. Atestou que viaja por motivos profissionais semestralmente e a lazer anualmente; seus hobbies são assistir TV e ler livros, informando ainda ser fã do Sidney Sheldon. Disse que faz uso de redes sociais (Facebook e Instagram); que não possui revistas preferidas ou

blogs, mas que os seus jornais preferidos são “Band TV” e “CNN Brasil”. Com relação a fazer parte de algum clube ou associação disse fazer parte da Associação Comercial e Industrial de Macaé, mas que não faz parte de federação, sindicato ou partido político.

O entrevistado se mostrou confortável com perguntas relacionadas às suas finanças, informando, por exemplo, possuir imóvel no importe de “R\$ 1,5 milhão” e ter renda mensal bruta de aproximadamente R\$ 20mil. Disse que a sua principal fonte de renda é a retirada que faz da empresa e que não recebeu participação nos lucros no último ano, declarando ainda que não possui investimentos. Essa última declaração despertou certa preocupação do entrevistador quanto a confiabilidade das respostas dadas acerca das finanças do informante, uma vez que, conforme informado no tópico da metodologia, o entrevistado foi apresentado por um gestor de investimentos.

Com relação a empresa, informou que atualmente emprega cinquenta pessoas e expôs que “o maior desafio de um diretor é entender a carga tributária que nos é aplicada”. Afirmou que para o êxito de um projeto profissional é necessário “escutar, entender e estudar”.

O entrevistado revelou que seu posicionamento político é de “direita” e que o maior problema da sociedade brasileira é a “política”. Indagado sobre o que é preciso para melhorar a política no Brasil esse respondeu: “a moral”. Disse que a causa da desigualdade social no Brasil é a corrupção, declarando ainda que o seu candidato à presidência, nas próximas eleições, será o atual gestor público da União. Declarou que a figura pública que mais admira na atualidade é o vice-presidente do Brasil e que é a favor dos programas sociais no Brasil, “mas com disciplina”. Alegou ainda concordar com a reforma trabalhista feita e ser a favor da reforma previdenciária implementada.

Quando indagado acerca do que é mais importante entre dinheiro ou reconhecimento este declarou ser o reconhecimento, informando ainda que os valores mais importantes para se “vencer na vida” são “credibilidade, honestidade e amizade”. Asseverou que qualquer pessoa que se esforce pode obter sucesso e que o papel das empresas na sociedade é o de gerar emprego e renda.

Indivíduo 05

“Não acredito que qualquer pessoa que se esforce pode obter o sucesso, a maioria se esforça e não consegue sair do básico”.

Trata-se da análise do segundo perfil do gênero feminino da pesquisa, sendo mais uma das exceções a ocupar um cargo de liderança corporativa. Vale ressaltar que apesar de também possuir atributos adstritos promovidos pelo novo capitalismo, por exemplo a sua raça e a faixa etária, a entrevistada expressa opiniões e comportamentos dissonantes dos demais perfis.

A entrevistada possui 30 anos, declarou ser heterossexual, não ser casada, não ter filhos, em termos raciais ser branca, que não professa religião alguma, que pertence a classe trabalhadora, não pertencer a uma família de prestígio e possuir dois irmãos. Informou que a profissão do pai é engenheiro civil e que o mesmo é servidor público, embora tenha trabalhado a maior parte da vida no setor privado. Disse que a profissão da mãe é enfermeira, mas que a mesma não exerce a atividade.

Atestou ter nascido em Niterói-RJ, mas morado e trabalhado a maior parte da vida no município de Macaé-RJ. Atualmente reside na Cidade do México-MX. Destacou que convive com amigos de infância, mas não possui parceria profissional com esses.

Atestou ter estudado em escola privada no ensino fundamental, entretanto, cursou o ensino médio técnico e a graduação, em Direito, em instituições públicas. Trabalha a aproximadamente 2 anos como legal consuel (gerente legal), numa das maiores corporações farmacêuticas do mundo (com mais de 110 mil empregados), tendo declarado ainda ter 3 anos de experiência em cargos de liderança. Fala dois idiomas estrangeiros (inglês e espanhol), e destacou ter desenvolvido tais habilidades por meio do trabalho em multinacionais, que, por sua vez, a contrataram para laborar na Colômbia e no México.

Declarou que pratica atividades físicas regularmente: bicicleta outdoor e, às vezes, musculação. Disse que viaja anualmente a trabalho e mensalmente a lazer e que seu hobbie favorito é conhecer pessoas e lugares (principalmente nos países onde teve de morar). Confirmou que faz uso de redes sociais (Instagram), que não

possui uma revista preferida e que consome conteúdos de blogs e que seus jornais favoritos são CNN, BBC e NYT (New York Times). Apontou que seus livros preferidos são os escritos por Machado de Assis e Gabriel Garcia Marques. Informou que auxilia financeiramente organizações protetoras de animais e que faz trabalho voluntário quando está fisicamente no mesmo lugar que o projeto.

Aqui, frise-se por mais uma vez, o quanto a confiança gerada numa entrevista é preponderante para o acesso a informações confidenciais. Indagada acerca do uso de substâncias psicoativas a entrevistada declarou fazer uso de álcool (semanalmente) e maconha (diariamente). De todos os entrevistados, foi o segundo perfil que confirmou o uso de substâncias psicoativas ilícitas.

Conforme aduzido, existe grande receio, por parte dos entrevistados, quanto a possíveis consequências negativas quanto a publicização dos dados obtidos, o que impacta a obtenção realista de alguns dados que possam ser “tabus sociais”. Cabe ao entrevistador garantir a proteção e o sigilo da origem dos dados, bem como ratificar e assegurar isso aos informantes, isto pode garantir grandes avanços nas pesquisas realizadas no Brasil. Por isso a Lei Geral de Proteção de Dados pode auxiliar na construção de uma ciência social contemporânea mais arrojada e segura.

A entrevistada informou ainda que é a favor dos programas sociais por entender que a sociedade brasileira precisa “tratar as suas desigualdades”, destacando ainda que a reforma trabalhista representou um retrocesso e que “refletiu na perda de direitos conquistados ao longo de décadas”. Disse também ser contrária a reforma previdenciária, nos termos em que foi proposta. Questionada sobre uma figura pública que admire disse: atualmente não ando admirando ninguém.

Asseverou que para melhorar a política no Brasil é necessária mais educação política e cultural, no geral, desde a escola. Afirmou que a causa da desigualdade social brasileira é a má administração dos recursos públicos, a educação deficitária e a péssima distribuição de renda. Acerca da operação lava-jato, respondeu: deu alguns frutos por sorte, mas foi desenhada por pessoas parciais e com objetivos duvidosos. Atestou que para diminuir a violência no Brasil é necessário investimento eficaz em segurança e muito mais investimento em educação.

Indagada sobre o maior desafio de um executivo respondeu que é “alinhar as expectativas dos que trabalham com você com o que esperam de você mais acima”.

Além disso, declarou que comunicação e vontade são fundamentais para o êxito de um projeto profissional. Declarou não fazer parte de nenhum clube social ou associação, bem como não faz parte de federação, sindicato ou partido político.

Atestou que o dinheiro é mais importante que o reconhecimento, mas que o capital social é mais importante que o econômico e o cultural. Disse não acreditar que qualquer pessoa que se esforce possa alcançar o sucesso, uma vez que “a maioria se esforça e não consegue sair do básico”. Na opinião da entrevistada, o maior problema da sociedade brasileira é a falta de oportunidades. Questionada ainda sobre os valores mais importantes para “vencer na vida” a entrevistada respondeu o seguinte: “Não depende de valores se não existirem oportunidades, mas manter a bondade com o próximo é fundamental, não passar por cima de ninguém é vencer de forma limpa.”

Aduziu que o papel das empresas na sociedade deveria ser o de promover a inclusão e o acesso a oportunidades, por igual, além de devolver a sociedade, de maneira proporcional, o que dela extrai.

Indivíduo 06

“o maior desafio de um executivo é manter o quadro de empregados diante da instabilidade do mercado”.

O presente perfil é de um diretor adjunto de empresa líder do seguimento de rancho (alimentos e demais produtos para subsistência) offshore no município de Macaé-RJ. A empresa em que exerce a atividade executiva tem contrato de prestação de serviços vigente com diversas empresas que exploram a atividade petrolífera na bacia de campos. Como passaremos a ver, o entrevistado possui grande aderência aos preceitos do novo capitalismo que foram apontados no capítulo teórico, refletindo, ainda, características marcadamente requeridas para a adesão e reconhecimento recíproco pela elite econômica.

O entrevistado declarou ter 31 anos; ser pardo; ser heterossexual e ser divorciado; disse ter uma filha; que professa a religião cristã-evangélica; que estudou, na maior parte da vida, em instituições públicas, mas aponta que cursou o ensino superior em faculdade privada (Direito). Destacou que pertence a classe

média alta, entretanto, disse que não descende de uma família de prestígio. Disse que o pai é empresário e exerce atualmente a função de diretor geral da empresa em que trabalha e que a mãe exerce a profissão de massoterapeuta. Declarou ter quatro irmãos. Atestou não falar idioma estrangeiro e que não realizou intercâmbio.

Em que pese o fato de ter apenas trinta e um anos, informou que trabalha na mesma empresa a dezessete anos e exerce a função de liderança há doze anos, declarando ainda que cento e trinta empregados estão sob a sua liderança. Atestou que “o maior desafio de um executivo é manter o quadro de empregados diante da instabilidade do mercado” e que o fundamental para o êxito de um projeto profissional é o “foco no resultado e capacitação dos colaboradores envolvidos”. Aduziu que o papel das empresas na sociedade é o de gerar empregos, contribuir para uma sociedade mais justa e ser responsável socialmente.

Indagado sobre a sua situação econômica, informou que não possui ações do mercado financeiro ou qualquer outro investimento; que não presta serviço de consultoria; que nunca recebeu herança; que possui um imóvel de R\$ 1.100.000,00 em quitação e veículo no importe de R\$ 160.000,00. Atestou que a sua renda mensal bruta é de R\$ 30.000,00, sendo a sua principal fonte de renda o emprego formal na empresa em que é diretor. Disse que não recebeu participação nos lucros no último ano.

Com relação ao estilo de vida, disse que pratica atividade física de forma regular (crossfit e jiu-jítsu); que viaja semestralmente a trabalho e mensalmente a lazer. Declarou que seus hobbies favoritos são viajar com a filha e ir à praia. Informou que faz uso de redes sociais (LinkedIn, Instagram, Facebook e WhatsApp), mas que não possui revista preferida e que também não consome conteúdo de blogs. Destacou que o seu jornal favorito é “o Globo” e que o seu livro de predileção é “A Arte da Guerra”. Afirmou que faz uso de bebidas alcóolicas aos finais de semana, que convive com amigos de infância, possuindo parceria profissional com alguns deles e com amigos deles.

Indagado sobre fazer parte de alguma associação ou clube social, disse que é membro da maçonaria e da Associação Comercial de Macaé (assessor da presidência). Declarou ainda que é filiado ao partido político PSL, destacando que o seu posicionamento político é de direita e que o seu candidato para presidência nas próximas eleições é o atual presidente da república.

Apontou que as causas da desigualdade brasileira são: corrupção, perpetuação no poder e a impunidade para quem cometa crimes contra o erário público. Destacou ainda que o necessário para diminuir a violência no Brasil é investir na educação de base e acabar com a corrupção.

Afirmou que é a favor dos programas sociais do Brasil. Indagado acerca da reforma trabalhista implementada disse ser a favor, uma vez que “a flexibilização aprovada tende a aumentar o número de empregos” e que também é a favor da reforma previdenciária feita.

Questionado sobre o que seria mais importante entre dinheiro e reconhecimento atestou ser o reconhecimento. Disse que os valores mais importantes para “vencer na vida” são “respeitar a todos e ajudar quem precisa sempre que tiver oportunidade”, atestando ainda que qualquer pessoa que se esforce pode obter sucesso. Indagado sobre qual ser o capital mais importante entre o social, o cultural e o econômico, o entrevistado respondeu que é “o capital econômico, pois sem ele é impossível fazer o social e promover a cultura”.

Indivíduo 07

“o maior problema da sociedade brasileira são pessoas preguiçosas que querem algo por nada. Trabalhadores que buscam demissão para ter acesso ao FGTS e atrapalham a empresa a atingir seu objetivo. Além da cultura de processar empregadores por absolutamente qualquer coisa”.

O entrevistado, ora analisado, possui a peculiaridade de ser o único de nacionalidade estrangeira. Atraído pelos altos investimentos realizados na Bacia de Campos, pelo setor industrial petrolífero, veio para o Brasil no intuito de expandir a operação de uma corporação multinacional de inspeção e manutenção offshore na atribuição de gerente geral da filial brasileira.

Declarou ter 47 anos; não quis declarar como se define em termos raciais; disse ser heterossexual e casado, tendo um filho dessa união. Informou não professar religião alguma, mas que respeita todas. Informou pertencer a classe média alta, declarando ter nascido em Exeter-GB, mas ter vivido a maior parte da infância em Leeds-GB. Informou que o seu pai exercia a profissão de médico e que o mesmo é falecido; que a mãe era empresária e se encontra aposentada. Disse

que tem dois irmãos e que já recebeu herança, mas que não pertence a uma família de prestígio.

Informou que estudou nas escolas West End School e Benton Park em Leeds-GB; que cursou ensino superior na University of Leeds e que possui grau de mestre cursado na mesma instituição. Declarou ainda que fala os seguintes idiomas: inglês, português e um pouco de árabe, destacando ainda que morou aproximadamente um ano no Egito também onde aprimorou o idioma árabe;

Atestou não ser sócio de empresa alguma, que não possui ações no mercado de investimentos e também que não tem o costume de fazer aplicações ou investimentos. Disse que não presta serviços de consultoria. Informou que não possui imóveis ou qualquer outro patrimônio (inclusive veículos) e que não recebeu nenhuma participação nos lucros da empresa em que trabalha;

Disse trabalhar a seis anos na empresa em que atua e que estão sob sua gerência cento e cinquenta empregados. Aduziu que a filosofia da empresa na qual trabalha é “qualidade, atendimento, parceria e serviços bem feitos”. O entrevistado respondeu que “o maior desafio de um executivo são as leis trabalhistas desfavoráveis à empresa, além dos péssimos funcionários busca dando demissão para acessar o FGTS”. Declarou que o fundamental para o êxito de um projeto profissional é a educação e a produtividade.

Informou que pratica atividade física regularmente (jiu-jítsu); que viaja anualmente a trabalho e semestralmente a lazer; que os seus hobbies favoritos são arte e jiu-jítsu; declarou que faz uso de redes sociais (Facebook, Instagram e LinkedIn); que a sua revista favorita é a National Geographic; que não consome conteúdo de blogs; que o seu jornal favorito é o BBC News e que não possui livro preferido;

Destacou ainda não fazer parte de associação ou clube social ou mesmo parte de federação, sindicato ou partido político. Disse que não faz uso de nenhuma substância psicoativa. Informou que tem convívio com amigos de infância, mas que não tem parceria profissional com nenhum deles e nem os amigos desses;

Declarou que não tem posicionamento político e que não tem candidato presidencial favorito para as próximas eleições. Atestou que é a favor dos programas sociais no Brasil e que é neutro quanto a reforma trabalhista e

previdenciária implementada, preferindo não opinar. Disse que não existe figura pública atual que admire.

Respondeu que “o maior problema da sociedade brasileira são pessoas preguiçosas que querem algo por nada. Trabalhadores que buscam demissão para ter acesso ao FGTS e atrapalham a empresa a atingir seu objetivo. Além da cultura de processar empregadores por absolutamente qualquer coisa”. Disse ainda que para melhorar a política no Brasil é necessário o fim da corrupção;

Questionado quanto a preferir reconhecimento ou dinheiro, disse preferir o reconhecimento, mas com um bom salário; que os valores mais importantes para “vencer na vida” são: verdade, integridade e qualidade; acredita que qualquer pessoa que se esforce pode obter sucesso; respondeu ainda que o papel das empresas na sociedade é “fornecer às pessoas um emprego significativo para que possam cuidar de si mesmas e ou das necessidades de sua família”.

Informou que as causas da desigualdade social no Brasil é o privilégio, o favorecimento, os grupos internos, nepotismo, corrupção e o racismo. Questionado sobre o que é preciso para diminuir a violência no Brasil o entrevistado disse ser a “extrema divisão de riqueza, educação, programas sociais estruturados, destruição do comércio de narcóticos e pobreza extrema”.

Indivíduo 08

“é fundamental para o êxito de um projeto profissional o foco, o trabalho em equipe e a excelência”.

O presente perfil é o único executivo da pesquisa que pertence ao setor securitário, possuindo vasta experiência profissional em corporações multinacionais do setor bancário. No desenvolvimento da sua carreira profissional chegou à gerência comercial securitária da maior instituição financeira privada do país. Após anos de trabalho à frente da referida pasta, foi recrutado por outra grande corporação multinacional securitária para exercer o cargo de consultor comercial sênior.

O entrevistado declarou ter sessenta e três anos; ser heterossexual e casado, tendo um filho dessa relação; atestou professar a religião católica, respeitar todas as demais religiões e que pratica caridade por meio de “pequenas doações”; Apontou

ter estudou a maior parte da vida em instituições de ensino público, entretanto, cursou o ensino superior (Administração de Empresas) em uma instituição privada, informando ainda ter MBA na FUNENSEG-RJ; Destacou que fala outro idioma (inglês) e que cursou escola de idiomas, mas que nunca fez intercâmbio.

Atestou não fazer parte de uma família de prestígio e que pertence a classe média, informando ainda que seu pai era comerciante, mas que hoje se encontra aposentado; informou que a mãe também era comerciante, bem como também se encontra aposentada; que não possui irmãos e que nunca recebeu herança.

Apontou que possui vinte anos de experiência em cargos de liderança; é o único entrevistado que declarou prestar serviços de consultoria regularmente, mas que não possui participação societária em empresas. Disse que a sua principal fonte de renda é o salário e informou ter recebido participação nos lucros da empresa em que trabalha no último ano; afirmou que trabalham trezentos e cinquenta empregados na empresa em que é consultor sênior e que a filosofia da empresa é “cultivar relacionamentos a longo prazo”; Atestou que o maior desafio de um executivo é o trabalho em equipe e que o fundamental para o êxito de um projeto profissional é manter o foco, o trabalho em equipe e a excelência na entrega. Disse que não possui ações no mercado financeiro e que o único investimento que possui é previdência privada; informou ter imóvel próprio e veículo;

Com relação ao estilo de vida, informou que pratica atividade física regularmente (corrida); que viaja por motivos profissionais e a lazer anualmente e que seu hobby favorito é assistir filmes; disse não ter perfis em redes sociais; que a sua revista de predileção é a Exame e que consome conteúdo de blogs (o favorito é O Globo); destacou ler o jornal Valor Econômico e que o seu livro favorito é A Arte da Política;

Apontou não fazer parte de associações ou clubes sociais; que também não faz parte de federações, sindicatos ou partidos políticos; atestou não fazer uso de substâncias psicoativas; que possui convivência com amigos de infância, mas que não possui parcerias profissionais com eles; informou ter ainda parcerias profissionais com amigos de amigos;

Indagado acerca do posicionamento político disse que não é de direita e nem de esquerda, é liberal. Disse ser a favor apenas de alguns projetos sociais no Brasil. Afirmou que não sabe em qual candidato votará nas próximas eleições; declarou ser

a favor das reformas trabalhistas e previdenciárias ocorridas no país. Destacou que atualmente a figura pública que mais admira é o ministro do STF Luís Roberto Barros e que para melhorar a política no Brasil é necessário repensar a quantidade de partidos políticos.

Questionado sobre o que é mais importante entre o reconhecimento e o dinheiro disse que ambos são; declarou que os valores mais importantes para “vencer na vida” são ética e disciplina; na opinião do entrevistado qualquer pessoa que se esforce pode obter o sucesso e que o maior problema da sociedade brasileira é a falta de educação; aduziu ainda que “é fundamental para o êxito de um projeto profissional o foco, o trabalho em equipe e a excelência”.

Informou que o papel das empresas na sociedade é o de gerar bens, serviços e empregos de forma consistente; declarou ainda que as causas da desigualdade social no Brasil são: má distribuição de renda, falta de acesso à educação, a falta de serviços básicos e que é preciso “investimentos nas áreas sociais como educação, trabalho e moradia” para diminuir a violência no Brasil.

Indivíduo 09

“o maior desafio de um diretor é a sobrevivência da empresa”.

O perfil analisado é de um diretor corporativo que comanda as operações de uma empresa do seguimento de componentes eletrônicos instalada no município de Macaé-RJ, atendendo, principalmente, empresas do ramo petrolífero. O entrevistado é o perfeito exemplo de como as informações podem ser truncadas ou não fornecidas de forma completa devido ao não estabelecimento da relação de confiança com o entrevistador, o que acaba impactando na coleta de dados e análise aprofundada do perfil.

Desde a abordagem inicial até a adesão do entrevistador à associação cujo entrevistado é parte do conselho deliberativo, o analisado se mostrou intrigado com o objeto da pesquisa, mas se manteve indisponível por desconfiança quanto a repercussão do presente estudo.

O fato é que após insistentes tentativas, bem como a observação da cooperação de outros membros da associação na pesquisa, o entrevistado decidiu

por colaborar. Entretanto, como veremos, até certo momento dos questionamentos o entrevistado respondeu de forma objetiva, mas quando questionado acerca do seu *ethós* empresarial e ideologia política este manteve conduta não mais colaborativa.

O entrevistado declarou ser branco; ter 49 anos; ser heterossexual e casado; informou que a esposa é contabilista, mas que atualmente trabalha como supervisora de folha de pagamentos; disse ter apenas um irmão e ter três filhos; afirmou ter nascido e vivido a maior parte da infância no município de São Bernardo do Campos;

Ainda que tenha quarenta e nove anos, informou ter mais de 28 anos de experiência em cargo de liderança e que trabalha na empresa atual há 25 anos. Afirmou que é sócio da empresa atual em que é diretor e que o pai era empresário com formação técnica em mecânica (já falecido); declarou que a mãe era “do lar”;

Alegou ter estudado o ensino fundamental em escola privada, mas que cursou o ensino médio (técnico) e o ensino superior (Ciências Contábeis na UFF) em instituições públicas. Declarou não ter especialização ou outra pós graduação. Informou que fala outro idioma (inglês) e que aprendeu no Brasil, mas que nunca fez intercâmbio.

Expos que não possui ações do mercado financeiro ou aplicação em fundos de investimentos. Disse que já recebeu herança e que possui um imóvel (casa) quitado, mas não soube informar o valor; aduziu que sua fonte de renda principal é advinda de lucros e dividendos e que recebeu participação nos lucros da empresa no último ano;

Declarou que a sua empresa possui quarenta e oito empregados e que a filosofia da empresa é “ser conveniente e confiável”, destacando ainda que “o maior desafio de um diretor é a sobrevivência da empresa” e que o fundamental para o êxito de uma empresa é o profissionalismo.

Com relação ao estilo de vida, disse não fazer exercícios regularmente; que viaja semestralmente à trabalho e também à lazer; que seu hobbie é música e utiliza redes sociais (LinkedIn). Declarou participar da Associação Comercial e Industrial de Macaé, exercendo cargo no conselho deliberativo, mas que não participa de federação, sindicato ou partido político.

Afirmou não fazer uso de substâncias psicoativas. Informou não ter convívio com amigos de infância e que não tem parcerias profissionais com amigos de

amigos. A partir das informações citadas o entrevistado não se sentiu confortável e passou a responder todas as perguntas com a frase “não irei responder”.

Indivíduo 10

“deveríamos nos pautar do princípio de que todos partem do mesmo ponto inicial, o que não é uma realidade. Por isso, acredito que os projetos sociais são importantes para tentar nivelar essas diferenças principalmente relacionadas à saúde, educação, moradia, alimentação e saneamento básico. Partindo daí acredito que com esforço se alcança sucesso, mas todos deveriam ter as mesmas oportunidades para isso”.

O perfil em comento trata-se de uma das maiores executivas que o estudo teve acesso, uma vez que a entrevistada é gerente sul-americana de manutenção de uma das maiores corporações multinacionais petrolíferas do mundo (possuindo aproximadamente cento e vinte e seis mil empregados ativos).

A entrevistada declarou, em termos raciais, ser branca; ter trinta e um anos; ser heterossexual e casada, possuindo uma filha fruto dessa relação. Afirmou ter nascido na cidade do Rio de Janeiro e que após se mudou para o município de Quissamã. Atestou que seus pais são servidores públicos, que possui um irmão e ainda que não descende de uma família de prestígio, mas que pertence a classe média alta. Disse não professar religião alguma. Expos que tem convívio com amigos de infância, mas que não possui parcerias profissionais com amigos.

Informou que a sua profissão é administradora, mas que também é técnica instrumentista industrial. Disse que ao longo da vida estudou em escolas públicas, ressalvada a pós-graduação em gerenciamento de projetos cursada em Universidade privada. Destacou que domina dois idiomas e que já residiu no exterior por alguns anos. Atestou ter sete anos de experiência em cargo de liderança e que trabalha há treze anos na mesma empresa. Destacou que cento e setenta e seis pessoas estão sob a sua liderança na empresa em que trabalha.

Acerca do seu estilo de vida, a entrevistada afirmou que pratica atividades físicas de forma regular (musculação e demais atividades na academia); disse que viaja semestralmente à trabalho e mensalmente à lazer; apontou como seus hobbies: esqui, ouvir músicas, assistir séries, ir à praia e socializar com amigos;

afirmou usar redes sociais (Instagram e Whastapp); informou que não possui blog, revista, livro ou jornal de predileção; destacou que não faz parte de associação ou clube social, bem como não faz parte de federações, sindicatos ou partidos políticos. Indagada acerca do uso de substâncias psicoativas disse fazer uso de álcool e maconha semanalmente e sintéticas anualmente.

A informante reiterou que não é sócia de empresa alguma, sendo a sua única fonte de renda os proventos recebidos da empresa em que trabalha; Disse ainda que não presta consultoria externa; Afirmou não possuir ações do mercado financeiro, mas que tem investimentos em outras aplicações; declarou nunca ter recebido herança, mas que possui R\$ 1,2 milhão em patrimônio; que a sua renda mensal bruta é de US\$ 112 mil por ano e que recebeu participação nos lucros da empresa no último ano; destacou ainda que o maior desafio de um executivo é gerenciar pessoas e que é fundamental para o êxito de um projeto profissional: planejamento, organização e monitoramento.

Expos que o seu posicionamento político é de esquerda, ainda, indagada acerca das reformas trabalhista e previdenciária não quis opinar. Com relação a opinião sobre os projetos sociais no Brasil deu o seguinte depoimento:

Sou a favor, inclusive quando nos mudamos do Rio para Quissamã, meu pai desempregado e minha mãe estudando, tivemos que recorrer ao bolsa família. A minha mãe, hoje, é professora e a minha irmã é engenheira graças ao auxílio educação fornecido pela prefeitura de Quissamã que custeou os estudos delas. Também passei para engenharia mecânica na PUC pelo prouni, mas não pude comparecer, pois comecei a trabalhar na mesma época (tive que trabalhar por meio da minha formação técnica, mas tive a oportunidade posteriormente de me formar pelo CEDERJ). Grande parte do que construí, de alguma maneira (direta ou indiretamente), veio de projetos sociais lá no início.

Declarou que entre dinheiro e reconhecimento prefere ter reconhecimento; disse que o capital econômico é mais importante que o social e o cultural, uma vez que somente havendo capital econômico se tem acesso aos outros dois; que os valores mais importantes na vida são respeito e honestidade; aduziu que o maior problema da sociedade brasileira é a desigualdade social e que o papel das empresas na sociedade é a produção de bens e serviços, gerando emprego e renda; destacou que a causa da desigualdade social no Brasil é a falta de acesso à educação de qualidade, declarando ainda que educação, geração de emprego e legalização da maconha contribuiriam para diminuição da violência. Indagada sobre

se qualquer pessoa pode obter sucesso respondeu que “deveríamos nos pautar do princípio de que todos partem do mesmo ponto inicial, o que não é uma realidade. Por isso, acredito que os projetos sociais são importantes para tentar nivelar essas diferenças principalmente relacionadas à saúde, educação, moradia, alimentação e saneamento básico. Partindo daí acredito que com esforço se alcança sucesso, mas todos deveriam ter as mesmas oportunidades para isso”.

COMENTÁRIOS SOBRE OS RESULTADOS

“gostaria de tematizar o *habitus corporativo* como um conjunto de disposições específicas que permitem aos executivos a transferência imediata de habilidades de classe para a ocupação de um lugar altamente privilegiado e prestigiado na hierarquia moral do trabalho”. (MACIEL, 2022, p. 06)

Na qualidade de executivos em atividade na sociedade macaense, os entrevistados apresentaram dados importantes acerca do próprio comportamento ao fornecerem dados capazes de auxiliar no entendimento do *habitus corporativo* (MACIEL, 2022), o que aponta também pela relevância do presente estudo e se coaduna ao entendimento da necessária ampliação da pesquisa comportamental dos executivos para compreensão dos efeitos da cultura capitalista conexos à sociedade.

A maioria dos entrevistados se declararam racialmente “brancos”, a exceção foram dois dos entrevistados que afirmaram serem “pardos”, mas nenhum afirmou ser “negro”. Resultado que se alinha aos dados obtidos por Fabrício Maciel (2022) e Osvaldo López-Ruiz (2004) em suas pesquisas sobre executivos no Brasil e ratifica a condição da segregação racial no âmbito corporativo, o que pode ser determinado pelos efeitos da tardia abolição da escravatura que compeliram os negros brasileiros a precarização social (SOUZA, 2009). A média de idade entre os executivos é de vinte e oito a trinta e cinco anos. Logo, o perfil médio dos executivos macaenses é: homens brancos de meia idade.

Em relação a maioria dos entrevistados o perfil que predomina é o do “produto-pessoa” no qual se tornaram empreendedores de si (LÓPEZ-RUIZ, 2004). Convergente com os perfis analisados por Osvaldo López-Ruiz (2004), alguns dos entrevistados apresentaram qualificações estritamente ligadas à sua função, enquanto a maior parte se coadunou aos dados relativos a super qualificação, inclusive com formação internacional.

Com relação a formação e grau de escolaridade, com exceção apenas de um perfil analisado que declarou não ter concluído o bacharelado, todos possuem nível superior completo ou mesmo MBA no exterior, tendo a maior parte estudado ao longo da vida em escolas privadas. Esses dados apontam pela super qualificação

inerente ao novo perfil dos executivos, o “produto-pessoa”, conforme conceituação de Osvaldo López-Ruiz (2004).

Entretanto, vale destacar que entre os dez entrevistados apenas três possuem idade superior a trinta e cinco anos, o que reflete o ensino de qualidade não apenas dos jovens executivos (empreendedores de si), mas também dos três executivos da geração pregressa (que ainda possuem o espírito do empreendedor industrial). O que possibilita afirmar que a educação de qualidade dos executivos é fator intrínseco a sua atividade laboral, mas também característica utilitarista (ponto de vista capitalista) da classe média a que pertencem.

Outra característica observada nos entrevistados, quanto ao comportamento social, é o perfil vinculado a uma moral conexas ao *prestígio* (MILLS, 1976), requerido pelas corporações a fim de gerar exemplo de conduta aos demais empregados para que possam exercer cargos de liderança (LÓPEZ-RUIZ, 2004). Esse comportamento padronizado de conduta social, exigido como um atributo intrínseco ao indivíduo, aponta por um horizonte moral deturpado, uma vez que impõe padrões de conduta desconexos a realidade social experimentada. A título de exemplo a maior parte dos entrevistados respondeu serem casados, possuírem religião, praticarem exercício físico regularmente, terem redes sociais (especialmente LinkedIn) e afirmaram utilizar psicoativos aos finais de semana (exceção de dois perfis analisados).

Nesses termos, quando responderam ao quesito meritocrático acerca do que é necessário para se “vencer na vida”, responderam: ética, moral, humildade, perseverança, caráter, dedicação, honestidade, escutar, entender, estudar, verdade, integridade, qualidade, foco, trabalho em equipe, excelência (...) Ainda, quando perguntados sobre o maior desafio de um executivo/diretor responderam: liderar pelo exemplo, motivar a equipe, trazer as melhores pessoas, expandir o negócio, se manter competitivo no mercado, criar um time que trabalhe em sintonia, atender aos anseios dos clientes, reduzir custos...

Outro dado importante coletado foi o quesito renda mensal que apontou uma variação entre R\$ 8.000,00 (oito mil reais) e R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), exceção de três perfis que possuem remuneração bem superior. Esses dados confirmam outra questão conexas a classe média, o poder aquisitivo que propicia o consumo em maior grau do que os demais estratos inferiores. Outro elemento relevante acerca dessa classe média e que também comprova o estilo de vida dessa

classe média são as viagens mensais à lazer em que a grande maioria dos entrevistados afirma realizar.

Vale destacar também os dados de natureza política no qual todos os entrevistados afirmaram não fazer parte de sindicato ou federação. Isso ratifica duas informações já aduzidas nos capítulos primeiro e terceiro: a corrosão do caráter (SENNETT, 2009) no qual os trabalhadores perderam a solidariedade entre si e os desígnios corporativos para ascensão na carreira que impedem a mobilização sob pena de estagnação na função ou mesmo a rescisão do contrato de trabalho.

Outro aspecto desse quesito a ser ressaltado é o posicionamento político em geral não confrontante no qual os executivos/diretores evitam se posicionar de forma contundente sobre o prisma político no qual se aderem (exceção de três entrevistados). Entretanto, com relação ao maior mal que acomete a sociedade brasileira as principais respostas se deram em duas correntes: a corrupção ou a desigualdade social. O que aponta também por alguns perfis, principalmente as três entrevistadas do gênero feminino, parâmetros ideológicos do prisma progressista e entendimento quanto a situação de classes ao perceberem o acúmulo excessivo de capital nas camadas dominantes. Destaco também a falta de participação ativa na construção política, uma vez que apenas um dos entrevistados é filiado a um partido político. Outro dado político que chama a atenção foi o quesito indagado sobre ser a favor ou contra os programas sociais no Brasil, no qual a maioria respondeu ser a favor, mas quatro responderem favoravelmente com condicionantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente Dissertação apresentou aspectos fundamentais quanto as características da “cultura do novo capitalismo” (SENNETT, 2011) que impõe a toda a sociedade paradigmas da vivência coletiva, anunciando mudanças estruturais correlatas ao momento temporal em que estamos todos inseridos. Em que pese o avanço tecnológico, as novas modalidades de trabalho e a praticidade ofertada com relação às vigentes práticas de consumo, as teorias críticas apresentadas destacam a dramática precariedade em que nós, enquanto indivíduos socializados, estamos experimentando. Passamos mais tempo no trabalho e ansiosos com as correlatas questões de *status* social do que apreciando a efêmera existência intrínseca aos indivíduos.

O papel da pesquisa científica também guarda enorme relevância quando propõe reflexões acerca de questões urgentes como o próprio declínio moral da sociedade, apontando a imperiosa necessidade de reavaliarmos a direção em que a marcha coletiva se encontra a fim de contermos as consequências catastróficas anunciadas pelo “novo espírito do capitalismo” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2020). E quando se discorre a respeito da urgência não se aponta apenas por um mal que se vislumbra no horizonte, mas em um agravamento da já identificada *patologia da normalidade* (FROMM, 1979) na qual o *caráter social* (FROMM, 1979) auxilia na propagação como característica imprescindível para aderência dos indivíduos a um *clã* que os conceda o *reconhecimento* (HONNETH, 2017) necessário, inclusive, a aquisição de uma identidade própria.

Ocorre que o *unidimensionamento* (MARCUSE, 2015) cultural dos indivíduos em sociedade não permite que se identifique mais a *corrosão do caráter* (SENNETT, 2009) dos executivos que, perseguindo o *prestígio social* (MILLS, 1976), empreendem jornada de super qualificação técnica a fim de se tornarem essenciais e indispensáveis para as grandes corporações (LÓPEZ-RUIZ, 2004). No entanto, a meritocracia ilusória propagada pelo distorcido horizonte moral de um *reconhecimento fake* (MACIEL, 2017) não considera o massivo contingente de executivos que entregam a própria existência aos desígnios de uma *elite do poder* (MILLS, 1975) na expectativa de atingirem a ascensão social e, enfim, alcançarem o êxodo da classe média (MILLS, 1976) a que pertencem.

Ocorre que essa elite de proprietários acionistas (SENNETT, 2011) se encontra em patamar de acumulação de riqueza que os permitem escolher por uma vida como investidores especulativos (BRESSER-PEREIRA, 2021) e não mais incorporar o espírito empreendedor intrínseco aos primeiros industriais (CARDOSO, 2020), o que difere do executivo contemporâneo que, mesmo acumulando todos os recursos de uma vida de trabalho não conseguirá atingir tal nível de privilégio, salvo disposição governamental que estimule o empreendimento industrial nacional.

Nesses termos, resignados a uma existência alicerçada a um propósito no qual poucos atingem o sucesso (MILLS, 1976), resta a classe média executiva, detentora de característica tecnocrática singular (BRESSER-PEREIRA, 2021), transmutar a estrutura social por intermédio da retomada do espírito empreendedor industrial (CARDOSO, 2020) e com apoio de um governo nacional desentrelaçado da influência globalizada do capitalismo dependente (FERNANDES, 2021), retomar um projeto capitalista brasileiro (CARDOSO, 2020) construído por mediação entre a classe trabalhadora e a burguesia pátria em um projeto de aliança nacional-desenvolvimentista (BRESSER-PEREIRA, 2021).

Em que pese a quase utópica solução acima descrita, mas bem embasada teoricamente, conforme o segundo capítulo, essa de fato pode representar um possível primeiro passo para a extinção da dominação associada ao capitalismo dependente (FERNANDES, 2021), uma vez que é preferível fomentar a ascensão de uma burguesia nacional que poderá auxiliar no desenvolvimento econômico do país e gerar mais empregos formais do que entregar o mercado interno a uma burguesia internacional que apenas promove a secular exploração centro-periferia sem ofertar nada em troca, salvo os efeitos perversos da usurpação das riquezas nacionais (BRESSER-PEREIRA, 2021).

No que tange ao objeto do estudo, os executivos macaenses, pode se observar que o espírito empreendedor nacional existe, uma vez que entre os entrevistados existem perfis do tipo “homem de negócio” (CARDOSO, 2020), bem como perfis super qualificados do tipo “produto-pessoa” (LÓPEZ-RUIZ, 2004). Existe uma evidente relação entre os referidos perfis citados e a faixa etária, uma vez que os entrevistados maiores de 40 (quarenta) anos são do tipo “homem de negócio”, enquanto somente dois entrevistadas com menos de 40 (quarenta) anos apresentaram o perfil empreendedor industrial.

Existe uma óbvia mudança de comportamento quanto ao espírito empreendedor dos executivos brasileiros em função da superação política das fronteiras dos Estados-Nação pelas corporações multinacionais e com isso a propagação da influência do novo espírito do capitalismo que gera um novo cenário centro x periferia agora em escala global. Entretanto, como visto no capítulo primeiro, uma característica fundamental do capitalismo é a absorção da crítica e a implementação de um novo modelo de dominação social. Nesse sentido, termino essas considerações finais com as importantes palavras de Florestan Fernandes acerca de uma possibilidade para o Brasil:

O padrão de acumulação de capital, inerente à associação dependente, promove ao mesmo tempo a intensificação da dependência e a redefinição constante das manifestações do subdesenvolvimento. Os agentes econômicos podem se iludir no plano psicológico, ou incentivar a ilusão dos outros, no plano político. Contudo, nas condições em que é praticada nos países da América Latina, a sobre apreciação repartida do excedente econômico não deixa outra saída (...). O que mais interessa à presente análise com respeito a essa plutocracia é a fonte de suas debilidades econômicas e políticas para promover o salto histórico que nunca deu, na direção do modelo clássico de capitalismo maduro. Por paradoxal que pareça, o que mais debilitou as burguesias latino-americanas, reduzindo sua capacidade de ação econômica e de atuação política, foi a maneira pela qual pretendem fortalecer-se, excluindo ou enfraquecendo outros protagonistas sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, T. W. **Estudos Sobre a Personalidade Autoritária**. 1. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2019.

ARENDT, H. **Origens do Totalitarismo**. 15. ed. São Paulo: Editora Schwarcz S.A, 2020.

BACHELARD, G. **A Formação do Espírito Científico**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, E. **O Novo Espírito do Capitalismo**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2020.

BOUDON, R. Metodologia. *In: Dicionário de Sociologia*. São Paulo: Editora Ática, 1993.

BOURDIEU, P. **Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **A Construção Política e Econômica do Brasil**. 4. ed. São Paulo: Editora 34 Ltda, 2021.

CARDOSO, F. H. **Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2020.

FERNANDES, F. **Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina**. 4. ed. São Paulo: Global Editora, 2021.

FOUREZ, G. Introdução. *In: FOUREZA, Gérard. A Construção das Ciências*. São Paulo: Ed. UNESP, 1995.

FROMM, E. **Psicanálise da Sociedade Contemporânea**. 9. ed. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1979.

HONNETH, A. **Luta pelo reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Ed. 34 Ltda, 2017.

IANNI, O. **Estado e Planejamento Econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1971.

IANNI, O. **Raças e Classes Sociais no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1972.

LAHIRE, B. **Retratos Sociológicos: Disposições e Variações Individuais**. Porto Alegre: Editora Artmed, 2004.

LÓPEZ-RUIZ, O. J. **O Éthos dos Executivos das Transnacionais e o Espírito do Capitalismo**. São Paulo: UNICAMP, 2004.

MACIEL, F. **A Ficção Meritocrática: Executivos Brasileiros e o Novo Capitalismo**. Campos dos Goytacazes: Editora da UENF, 2022. No prelo.

MACIEL, F. **A Nova Sociedade Mundial do Trabalho**. Para Além de Centro e Periferia? 1. ed. São Paulo: Editora Annablume, 2014.

MACIEL, F. A Patologia da normalidade: Erich Fromm e a crítica da cultura capitalista contemporânea. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 22, n. 55, p. 262-288, 2020.

MACIEL, F. Reconhecimento e desigualdade: da ética da autenticidade à cultura do novo capitalismo. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 53, n. 2, p. 281-291, 2017.

MACIEL, F. Um habitus corporativo? Sobre a função de executivos na reprodução do novo capitalismo. **Anais do XV Encontro Nacional da ABET**, Rio de Janeiro, 2017.

MARCUSE, H. **O homem unidimensional**. Estudos da ideologia da sociedade industrial avançada. 1. ed. São Paulo: Edipro, 2015.

MILLS, C. W. **A Elite do Poder**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

MILLS, C. W. **A Nova Classe Média**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

MILLS, C. W. Do artesanato intelectual. *In*: MILLS, Wright C. **A imaginação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

PRADO JR, C. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Editora Schwarcz SA (Companhia das Letras), 2021.

SENNETT, R. **Autoridade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2014.

SENNETT, R. **A Corrosão do Caráter**. 14. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2009.

SENNETT, R. **A Cultura do Novo Capitalismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2011.

SOUZA, J. **A Ralé Brasileira**. São Paulo: Editora Contracorrente, 2009.

WEBER, M. **A objetividade do conhecimento nas ciências sociais**. São Paulo: Editora Ática, 2006.